



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 12

SESSÃO ORDINÁRIA

13 DE DEZEMBRO DE 2019

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/02/2020.

M. Pedro

h.
Cabo
Cy



—Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia:

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 23 de Setembro de 2019;-----

1.2 Informação de Correspondência;-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 – Período da Ordem do Dia:

• **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----

• **Ponto 2** – Município de Torre de Moncorvo e Ministério da Educação - Acordo de Colaboração para Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado; -----

• **Ponto 3** – Regulamento Municipal respeitante ao Incentivo e Promoção do Controlo de Reprodução de Animais de Companhia de Detentores de Residentes no Município de Torre de Moncorvo e Protocolo de Colaboração e Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia; -----

• **Ponto 4** – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – PNRegadios – Aviso n.º 02/DRE/2019 – Proposta de Contrato de Parceria; -----

• **Ponto 5** – Aprovação e Implementação do Plano de Classificação e Regulamento para o Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo; -----

• **Ponto 6** – Protocolo com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo – Projeto 365 Dias a Ajudar;-----

• **Ponto 7** – IP Património Concessão; -----

• **Ponto 8** – Estratégia Local de Habitação; -----

• **Ponto 9** – Regulamento de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----

• **Ponto 10** – Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Torre de Moncorvo;-----

• **Ponto 11** - Proposta de Transferência de Recursos para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

• **Ponto 12** – Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do Concelho; -----

14.
Edm
Cy

- **Ponto 13** – Documentos Previsionais para o ano 2020 - Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal;-----
- **Ponto 14** – Autorização para Contratação de Empréstimo a Curto Prazo – 2020; -----
- **Ponto 15** – Repartição de encargos de empreitadas, prestação de serviços e aquisição de bens;-----
- **Ponto 16** – Repartição de encargos da empreitada de requalificação e beneficiação da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado; -----
- **Ponto 17** – Acordo de Estabelecimento de Obrigação de Serviço Público e de Compensação por Serviço Público - Município de Torre de Moncorvo e a empresa António Augusto Santos, Lda;-----
- **Ponto 18** – Município Led – Implementação de medidas de eficiência energética na iluminação pública; -----
- **Ponto 19** – Regularização de Terreno na Freguesia de Castedo – Barragem do Palameiro.-----

3 – Período de Intervenção do Público

M.
Pedro
Oy



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves (*Em substituição do deputado Manuel José Dinis*);-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais -----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilariça; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----Sílvio Afonso Dengucho de Oliveira Carvalho (*Em substituição do deputado António Eduardo Carvalho*);-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade; -----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis.-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Verificou-se a presença de vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro– 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltaram à reunião os deputados:-----

- Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes - que não justificou a falta;-----
- Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho - que justificou a falta; -----
- João Miguel Pinto Pavão - que não justificou a falta. -----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves e o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro.-----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bom dia.... Desde já, informar que o Sr. Manuel Camisa, Dirigente de 3.º Grau da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira do Município de Torre de Moncorvo se reformou, e como tal, desejar-lhe uma aposentação longa e com muita saúde. -----
Proponho a votação um voto de pesar pelo falecimento do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Almada Guerra. Vamos fazer um minuto de silencio a propósito do seu falecimento
Obrigado a todos. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia deliberou **por unanimidade, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Almada Guerra.** -----

(*Minuto de silêncio*). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado a todos. -----

Dizer que, entretanto, chegou o Sr. Deputado Sílvio Carvalho, em substituição do deputado António Eduardo Carvalho. Está a faltar neste momento o deputado Afonso Menezes, Maria

h.
Edis
M



Aldina, Pedro Pereira, Vítor Vieira, João Miguel Pavão, José Manuel Aires, e é tudo. Estão a faltar seis deputados. -----

Sr. Deputado António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Já que estamos neste período, eu apresentava um voto de pesar pelo jornalista Rogério Rodrigues, um homem de cultura que marcou o nosso concelho. Acho que é merecido.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Concordo. Vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia deliberou **por unanimidade**, aprovar um voto de pesar pela morte do jornalista Rogério Rodrigues. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi aprovado um voto de pesar pela morte do jornalista Rogério Rodrigues, que, como sabem, era natural de Peredo dos Castelhanos. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 2019. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre a ata da reunião anterior. -----

Penso que ninguém se inscreveu, vamos passar à votação da ata. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade de votos dos membros presentes na reunião anterior, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 23 de Setembro de 2019”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 122/2019 a 166/2019 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** A correspondência, como habitualmente, está disponível para consulta. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS) e **Luís Esteves** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Falando com os feirantes, eu verifiquei uma insatisfação muito grande, desde logo pelo sítio escolhido para a feira; em segundo lugar, pela disposição lá dentro do recinto – dizem eles que deveriam aproveitar-se os passeios e a parte calçadada para instalar as tendas, e permitir que os carros fossem lá dentro buscar as mercadorias, porque deixando os carros muito longe, os feirantes queixam-se por causa dos transportes.-----

Agora, a insatisfação maior é pelo seguinte – e é uma coisa que não me parece que custe resolver: a insatisfação maior que eu notei é devido às correntes que lá colocam antes das seis da manhã. Eles dizem que ali não há nada que roubar, quando chegam, é impossível cronometrar o tempo para chegar às seis da manhã, às vezes chegam às seis menos um quarto, e têm que esperar um quarto de hora dentro dos carros, não podem entrar para o recinto e ir compondo as tendas, etc., e andam depois à pressa. De maneiras que eu acho que, realmente, ali não há nada que roubar, acho que não há necessidade de pôr ali as correntes e de impedir o acesso antes das seis horas aos feirantes.-----

É só.-----

Edo
M. A.



-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Esteves.-----

-----**O Deputado Luís Esteves:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados e público em geral.-----

Eu venho poucas vezes a esta reunião, venho só substituir o Sr. Dinis, mas tenho ouvido falar, em quase todas as reuniões, sobre regadio. E sobre o Castedo, em que temos um grande potencial de regadio, não se ouve aqui uma palavra. Portanto, queria alertar o Sr. Presidente da Câmara, na medida do possível, para fazer um estudo, ou um projeto sobre o nosso Coito, que temos muita água – é uma das zonas, se calhar, do concelho que tem mais água – onde dá água para a parte toda do rio para lá, através da Barragem do Palameiro, onde dá água para o Ribeiro Grande, para a Barragem de regadio do Coquinho, e temos outra vertente, na parte do Coito também, que está a ser plantada grande escala de amendoal, e as pessoas andam com as cisternas, de poço em poço – que eram aqueles poços antigos de regadio para batata – para encher uma cisterna para regar o amendoal. E nós temos ali muita água que vai parar ao Douro, através daquela baixa do Vilarinho da Castanheira, passa pelo pinhal e vai diretamente ao Douro. E aquela água poderia ser ali aproveitada, através de uma charca, de uma barragem, do que lhe queiram chamar. Em primeira fase, poderia servir só para encher cisternas e depósitos para regadio, e na segunda fase, se realmente se justificasse, e que a plantação progredisse, como está a progredir agora, poderia fazer-se canalizações, um tanque num ponto mais alto, e regar automaticamente. Pronto, deixo esta ideia aqui, para que o Sr. Presidente da Câmara estude. -- E também queria fazer aqui outro pedido à Câmara, que não sei se já entrou alguma verba na Câmara por causa da Igreja do Castedo, que está uma miséria, está a entrar água por todos os lados, e era muito urgente que o Sr. Presidente da Câmara também tivesse isso em atenção. --
Muito obrigado a todos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos, Srs. Deputados, à Mesa, aos deputados que pela primeira vez vêm a esta Assembleia, a todos, muito bom dia, esperando que esta ordem de trabalhos extensa decorra da melhor forma para todos, que seja para todos benéfica em termos de informação, mas, sobretudo, que seja também neste espírito de natal de que estamos imbuídos, que possamos pensar no concelho, e dessa forma se fará certamente aquilo que os munícipes quiseram quando votaram em nós, que foi alavancarmos o concelho.--

As duas questões que foram aqui levantadas, permitam-me que as responda já a seguir, e dar só uma informação: que no dia 28 de dezembro, data em que o Eng.º Aires Ferreira faria anos, será descerrada a placa no Parque Verde, com o nome “Parque Verde Eng.º Aires Ferreira”. Portanto, estão todos convidados, será uma cerimónia simples de descerramento de uma placa, onde constará o nome do Eng.º Aires Ferreira.-----

Quanto às duas situações que aqui foram colocadas, primeiro, os feirantes e correntes, isso já vem do que nós aprovámos também aqui, que foi um regulamento para não estarem uns à frente, outros atrás, a escolherem os locais. Cada um tem o seu local, cada um paga mediante o terreno que tem, e é uma forma também de os nossos serviços trabalharem.-----

Eu estava a ouvir, mas telefonei para o responsável, e às seis da manhã são abertas as correntes. Está lá às seis da manhã para abrir as correntes e controlar, porque o principal problema foi, antes disso, que uns colocavam onde não era o terreno deles, e depois havia ali conflitos que são desnecessários. Portanto, foi essa a forma de controlar, para evitar problemas. Temos que ver agora como é que vai correr, as pessoas têm que se adaptar. Tudo o que é mudança, é sempre complicado, mas as pessoas vão-se habituando.-----

Quanto aos restantes pontos, Sr. Luís, a verdade é que hoje mesmo temos aqui um ponto só referente ao regadio, e portanto, discutiremos lá esse assunto, não temos que o discutir aqui. É um problema que já foi muitas vezes aqui falado na Assembleia, é falado também na Câmara. Hoje trazemos aqui um protocolo assinado com a Direção Regional de Agricultura, e portanto, já se fez muito trabalho desde que se começou a falar.-----

Quanto à Igreja do Castedo, há os poderes terrenos, e outros que não são terrenos. Os terrenos estão sempre com contingências, desde logo as financeiras. E portanto, nós também não temos qualquer tipo de receita. O que temos previsto, e que está sempre previsto em Orçamento – e já fizemos várias intervenções, porque nós entendemos que as igrejas também são património do concelho, património relevante, não só em termos de crenças, mas em termos turísticos – fizeram-se algumas intervenções. Mas, as intervenções no Orçamento que está previsto são para pequenas intervenções, não são intervenções estruturais. Eu não posso, nem o senhor pode acreditar – eu sei o que vocês querem, o ideal é o telhado, é começarmos pelo telhado. Nós próprios chegámos aqui a um acordo, que foi o acordo com a Direção Regional de Cultura do Norte, para o estudo tridimensional da nossa Igreja de Moncorvo – quando digo “nossa Igreja”, digo do concelho todo. Por quê? Porque é um monumento nacional, porque tem um protocolo com a Direção Regional, e nós aí podemos intervir. Todas as outras – fazendo aqui só um pequeno parêntesis: todos os Presidentes de Câmara faziam parte da comissão, que era a comissão ???, onde isto se discutia. Essa comissão foi extinta, e não foi pelos Presidentes de

M. Pedro



Câmara. Portanto, tem que se reavaliar a situação com as entidades próprias, e elas têm que dar uma resposta, porque como foram erigidas, a maior parte delas com a ajuda do povo, assim têm que ser conservadas. E não me alongo mais, porque todos percebemos o porquê. -----
Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
Comunicar à Assembleia que, dentro do período dos trinta minutos, compareceu o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues Aires e o Sr. Deputado Vítor Manuel Amaro Vieira. Neste momento, só estão a faltar quatro deputados.-----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Fausto Edmundo Tiago (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, a quem eu dou a palavra para se pronunciar sobre este ponto.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.-----
Serei muito breve, para vos dizer o seguinte: conforme tinha sido aqui prometido e dito que traríamos, trouxemos, como temos vindo a fazer, não parcialmente as obras que estão a ser executadas, mas todas, desde a conta final, até às que estão adjudicadas, às que estão em concurso, e às que estão em fase de projeto. Como podem ver, são muitas obras que estão a correr.-----

Temos uma situação financeira que melhorou, e portanto, podemos dizer que estamos prontos para iniciar o novo ano com um novo Orçamento, sendo certo que, como eu digo sempre – e os Srs. Deputados também têm essa responsabilidade – estamos sempre a votar um Orçamento sem termos um Orçamento de Estado. Como sabem, o Orçamento de Estado ainda está a ser negociado, nós tivemos por base o Orçamento anterior, em termos de receitas, mas, de qualquer forma, é o que temos neste momento. E depois, se for preciso, faremos alguma retificação.-----
O saldo do período está em quatro milhões, cento e oitenta e sete mil euros (4.187.000€), reduzimos o passivo dos empréstimos, e também temos aqui uma situação, que é a dívida de

terceiros para com o Município – ou seja, o que está contratualizado já – que são quatro milhões, quinhentos e vinte e um mil (4.521.000€), que se entrarem nos cofres do Município, obviamente nos darão muito jeito, e compensarão aqui este empréstimo de longo prazo, que se cifra neste momento – andamos aqui nos cerca de oito milhões de euros (8.000.000€). -----

Portanto, penso que estamos numa situação financeira em que temos que ter cuidado, temos na mesma que ser cautelosos, temos que ser rigorosos, mas que nos permitirá ir um pouco mais além – como, aliás, irão ver no decorrer desta Assembleia Municipal.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, na última reunião fiz aqui uma observação sobre uma placa na Rua Abade Tavares, placa de estacionamento, e sobre o trânsito ali na Rua do Concelho. Não sei se isso foi tomado em consideração, se pensaram, nem se não.-

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Leonardo, para se pronunciar sobre este ponto.-----

----- **O Deputado João Leonardo:** Ora, relativamente à informação escrita acerca da atividade municipal, destacamos o apoio à realização de passeios e rotas pedestres; a abertura de mais um ano letivo na Escola Sabor Artes; a entrega de quarenta e sete cartões ABEM; ainda a continuação do protocolo de geminação de Torre de Moncorvo com Gournay-Sur-Marne, com o descerramento da placa, e a visita também a esta localidade francesa; ainda a partidela tradicional da amêndoa; a atividade sobre resíduos florestais na Escola Sabor Artes, concluindo com a celebração das Festas da Boa Nova.-----

No que concerne a obras executadas em fase de conta final, destacamos a requalificação de várias ETAR's no concelho e a conclusão da segunda fase do Parque Verde, tal como esperamos que no futuro, brevemente, esteja concluído o Museu do Castelo, a requalificação do Mercado Municipal e a requalificação do Bairro do Montesinho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, para responder às questões levantadas.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Srs. Deputados, pelas questões levantadas.-----

14.
Redes



Dizer ao Sr. Deputado António Júlio Andrade que o Sr. Vice-presidente reuniu diretamente com o Chefe de Divisão, estão a tratar do assunto para uma solução e para posterior resposta – penso que aqui na Assembleia, diretamente ao Sr. Deputado. Não caiu no esquecimento; foi levado em linha de conta, e levado ao Chefe de Divisão.-----

Dizer que todas estas obras que foram acabadas de referir pelo Sr. Deputado João Leonardo estarão finalizadas até 31 de março, que é o plano cronológico em que elas estão divididas, e portanto, estarão prontas.-----

Antes de acabar as escadas do Montesinho, estamos em crer que ainda serão lançadas, durante janeiro, duas obras que nós consideramos estruturantes na sede do concelho. Trata-se do PAMUS, que é a redução de dificuldades para pessoas com dificuldades motoras, e será através de muros, passeios e redução de obstáculos – é uma obra que é para cima dos trezentos mil euros (300.000€). Tem a ver também com o antigo matadouro, que irá ser recuperado para um espaço multicultural, e ficará ali fechado Montesinho e o espaço verde, juntamente com a Casa do Chá, sendo certo que nos regulamentos que aqui temos vamos ver se damos uma alavancagem também para que os proprietários agora se sintam em condições de vir, eles próprios, a recuperar algumas casas naquela zona.-----

Dizer-vos também um facto que não está aqui: congratular-me com a ida de duas bandas do concelho, em representação do Município, para o encontro que houve no dia 1 de dezembro, em Lisboa.-----

E dizer-vos também uma coisa: eu não sou muito das tecnologias, tenho que o dizer, mas hoje inicia-se uma nova imagem no Município, um novo site, mas também as novas aplicações. O que quero dizer é que clicando – quem tiver as apps, pode chegar lá, clica em Moncorvo, e tem duas: as rotas que há pelo concelho todo, em várias línguas, e também o site do Município, que será hoje lançado, onde se pode ver o que ver, o que fazer, o que comer, onde dormir, a agenda, a gastronomia, as localidades que existem, as rotas do ferro, os eventos, e tem também aqui uma panóplia de possibilidades de escolha em termos de línguas, que vão desde o chinês ao russo, ao francês, ao inglês, ao português e ao espanhol. Portanto, é uma ferramenta de um concelho que se quer evolutivo e a acompanhar as tendências do futuro.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente ao primeiro ponto, está aberta a segunda ronda de intervenções. -----

Dou a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago.-----

----- **O Deputado Fausto Tiago:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, e demais presentes na sala.-----

Sr. Presidente, uma questão que já falámos aqui é a questão dos transportes no concelho e a nível da Comunidade Intermunicipal do Douro. Vemos que na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as coisas estão a mexer, de alguma maneira, vimos que teve repercussão a nível da comunicação social, os bilhetes a cêntimos entre Mirandela e Bragança, noutros trajetos também, vimos que houve mudanças significativas no sentido da baixa. Na Comunidade Intermunicipal do Douro, ainda não vimos absolutamente nada, penso. Na altura, quando falei neste assunto, falei numa carreira que eu acho que é estrutural para o concelho, que é a carreira Moncorvo – Foz Coa. São dois concelhos que distam cerca de dez, quinze quilómetros – no máximo, vinte, não tenho a certeza – e que, de facto, poderia alterar alguma coisa em termos da dinâmica e das sinergias que se podiam criar aqui, havendo uma carreira diária, se calhar a realizar-se mais do que uma vez durante o dia. Seria, penso eu, um transporte que poderia mexer com o tecido económico destes dois concelhos.-----

Há outra carreira no concelho que eu considero fundamental, que já vem de antes do 25 de abril, que é a carreira Peredo – Mirandela. É uma carreira que penso que merecia alguma atenção, porque nascendo numa das aldeias mais a sul do concelho, chega a uma das vilas ou uma das cidades que tem alguma dinâmica económica, e que interessava de alguma maneira ter em atenção. Não sei o que é que a Comunidade Intermunicipal do Douro está a fazer, ainda não vi nada na comunicação social, gostava de saber quais são as preocupações do Sr. Presidente sobre esta questão. É evidente que haverá outros transportes que serão essenciais, ao nível de Moncorvo – Freixo, Moncorvo – Mogadouro, etc.-----

Outra questão: penso que há cerca de um mês, mais ou menos, num dos jornais regionais vinha uma notícia sobre a instalação da Loja Interativa em Moncorvo e Mogadouro. Penso que o que dizia a notícia era que a Judiciária estava a investigar o que tinha acontecido, parece que haveriam alguns problemas com a adjudicação dessas duas lojas, uma em Mogadouro, outra em Moncorvo.-----

Depois, vi já uma notícia relativamente a Mogadouro, em que uma vereadora tinha sido constituída arguida sobre esse assunto; sobre Moncorvo, não dizia absolutamente nada. Gostava de saber o que é que se passou, se se passa alguma coisa, se não se passou nada, o que é que há de novo, se há alguma coisa.-----

Outro assunto, que penso que tem a ver com o concelho e tem a ver com a comunidade, é a questão da rede de gás natural que está a ser instalada. Ora bem, o gás natural é um combustível fóssil, todos sabemos isso. E hoje em dia, os combustíveis fósseis estão a ser diabolizados por toda a parte, no mundo inteiro, a emissão de dióxido de carbono está a ser, de facto, uma preocupação, e penso que deve ser uma preocupação de todos. Ora, parece que há aqui uma contradição: então, nós estamos preocupados com as emissões de CO2, e estamos a instalar – não é só em Moncorvo, é em vários concelhos do nordeste; isto não tem só a ver com Moncorvo,

Luís
Pedro



tem a ver com aquilo que eu vejo em vários concelhos aqui da nossa região, a instalação das redes de gás natural. Ora, o gás natural é um combustível fóssil. Não há aqui uma contradição entre aquilo que são as nossas preocupações, não só a nível do concelho, mas a nível do país e a nível mundial, da ONU, uma semana reunidos em Madrid para discutir este assunto? Penso que estamos a ir contra a corrente, a instalar uma rede de gás natural, sendo um combustível fóssil. Não sei, aparentemente parece que há aqui uma contradição, mas eu também não estou muito dentro do assunto. Gostava de saber qual é a posição do Sr. Presidente, e quais são os justificativos para este investimento, porque isto não é um investimento de lana caprina; é um investimento de fundo que, de facto, envolve muito dinheiro. Penso que há aqui uma contradição, não sei se estou completamente enganado, qual é a posição do Sr. Presidente, gostava de o ouvir falar sobre o assunto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

----- **O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos.-----

Da informação do Gabinete da Presidência, vou apenas sublinhar um ponto, que é a inauguração do Memorial aos Combatentes da Grande Guerra, no dia 2 de novembro, um monumento que foi desenhado por um arquiteto do Município, já recebe visitas de estudantes de arquitetura para verem esse monumento. O sítio deve ter sido escolhido por causa de ser a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Eu convido todos os presentes que ainda não visitaram o monumento a visitá-lo, especialmente numa noite de nevoeiro, tem todo um charme especial de uma trincheira da Primeira Guerra Mundial.-----

Gostava de comentar também as declarações do Fausto, especialmente a parte de Foz Coa. Uma carreira, não sei se é essencial, mas há aqui uma necessidade dos Moncorvenses, que tem a ver com o serviço de urgências. Como sabemos, nós temos uma consulta aberta que fecha à noite, e quem queira um serviço de urgência à noite terá que se deslocar a Foz Coa. O INEM leva a pessoa, mas não traz; os bombeiros levam a pessoa, mas se demorar mais de duas horas, também não a trazem. Não sei se é possível o Município, de certa forma, comparticipar aos munícipes com alguma ajuda para essa deslocação na vinda. Ou seja, o munícipe vai para Foz Coa no INEM, depois contrata um táxi de Foz Coa, ou de Moncorvo – como o munícipe entender – e depois, vem aos serviços da Câmara Municipal, e há uma comparticipação, nem que simbólica, só para o Município ter a mesma preocupação que estas pessoas todas, que era que deveríamos ter um serviço de urgências aberto vinte e quatro horas. Mas, já que a ULS Nordeste não tem números suficientes para o abrir, pelo menos o Município comparticiparia de alguma maneira este gasto que um munícipe de Moncorvo tem perante os demais, mesmo no país. Há

14.
Pedro
[Signature]

quem se queixe por ter a urgência a mais de dez quilómetros; nós temos a urgência a quinze quilómetros, e as pessoas têm que ir de táxi, porque o INEM e os bombeiros não param.-----
É só. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado.-----

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas, dizer que há pouco me esqueci de referir que também já tinha chegado o Sr. Deputado Pedro Pereira. Terminada a meia hora prevista no Regimento para a chegada dos Srs. Deputados, verifica-se a falta a esta sessão ordinária do Sr. Deputado Afonso Menezes, Maria Aldina Carvalho e João Miguel Pavão. O total de membros presentes é de vinte e cinco. Eu tinha dito no início, há três deputados que estão a ser substituídos, que é o Sr. Deputado Manuel Dinis, pelo Sr. Deputado Luís Esteves; a Sra. Deputada Maria Cecília Pinto, que está a ser substituída pela deputada Ana Luísa Gil; e o deputado António Eduardo Carvalho, que está a ser substituído pelo deputado Sílvio Carvalho. Estes três deputados pediram a substituição. Os outros faltaram, e não comunicaram substituição, não sabemos o que é que se passa.-----

Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre as questões levantadas.-

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Bom, nem sempre o que vem nas notícias é o que se passa; o importante é comunicar, para muitas pessoas saberem, nisso estamos os dois de acordo.-----

Mas, dizer-lhe duas coisas, quanto ao que a CIMDouro tem feito. Durante o mês de dezembro já, se repararem, todos os que compram passes têm vinte e cinco por cento (25%) de desconto direto, ao contrário dos quinze por cento (15%) que tinha sido negociado, na última reunião da CIMDouro, que ocorreu na última quarta-feira do mês de novembro, os Municípios da CIMDouro aprovaram, para que a comparticipação, os cerca de quinhentos e tal mil euros – mas, eu vou ser mais preciso – revertesse a favor dos munícipes. E de que forma? Eu peço-vos só um bocadinho, para vos dizer os números corretos, que é para não haver aqui qualquer dúvida.-----

Eu vou ler-vos na íntegra o que se passa: *“A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, que representa uma profunda alteração do modelo institucional do planeamento e gestão de serviços públicos de transporte de passageiros e do quadro legal da organização do respetivo mercado em Portugal. Todo o serviço que era regulado, planeado e gerido pelo IMT a nível nacional é transferido para os Municípios, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. Por sua vez, os Municípios podem delegar na CIM ou nas Áreas Metropolitanas as competências de gestão de transportes públicos de passageiros municipais.”* – foi o caso que fez Torre de Moncorvo. *“No território da CIMDouro, dos dezanove Municípios que a compõem, delegaram a gestão de transportes quinze, à exceção*

14.
Redes
M



de Lamego, Moimenta, Vila Real e Freixo de Espada à Cinta. No quarto trimestre de 2018, a CIMDouro iniciou o processo de levantamento de rede existente durante o ano de 2019, trabalhou todos os dados, confrontou a informação dos Municípios, dos operadores, do SiGesT, das Juntas de Freguesia, e tratou de propor uma rede mais atual e necessária às nossas realidades, e é também uma oportunidade para afinar as pretensões dos Municípios e da sua população. Neste momento, foi enviado, com vista à sua aprovação por parte da AMT...” – que é agora a autoridade de transportes – “... todo o processo da criação de redes, bem como as peças procedimentais.”-----

Depois, temos outra parte, que se chama mesmo PART, que é o Programa de Apoio à Redução Tarifária. Aqui, no passado dia 4 de fevereiro, foi publicado o Despacho n.º 1234-A/2019, que estatui o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos. Para o território da CIMDouro, que são dezanove Municípios, foi destinada uma verba de quinhentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros (509.452€) para o ano de 2019. A CIMDouro, com base nas informações dos operadores e do IMT, em relação aos passes existentes e da bilhética emitida no território, optou por distribuir a aplicação destas verbas por duas medidas: financiar, em média, quinze por cento (15%) do valor do passe de tarifa inteira, e financiamento de bilhetes simples, até ao máximo de dez mil, trezentos e oitenta e dois bilhetes, para maiores de sessenta e cinco anos – sendo certo, e agora é um parêntesis, que Torre de Moncorvo já tem cinquenta por cento (50%) desse valor que somos nós que suportamos, para os maiores de sessenta e cinco anos.-----

As medidas entraram em vigor a partir do mês de maio deste ano – ou seja, 2019. Com a faturação e todas as informações reportadas pelos operadores, conseguimos perceber que existiu um aumento de procura pelos transportes públicos na ordem dos doze por cento (12%), notando que vai aumentando essa procura com o decorrer do tempo. Na última reunião – estou a reportar-me por onde comecei – e porque foi decidido entre os Municípios que relativamente ao financiamento dos passes, a percentagem a financiar, aumento de quinze (15%) para vinte e cinco por cento (25%), com a perspetiva de se manter daqui em diante, enquanto existir esta medida – esta proposta, não sabemos se no próximo Orçamento de Estado ela se mantém.----- Mas, concluindo, para dizer que a CIMDouro fez este trabalho, qualquer munícipe de Torre de Moncorvo, em passe, tem vinte e cinco por cento (25%) de desconto, sendo que nos maiores de sessenta e cinco anos, o acordo que existe entre o Município e os operadores é mais benéfico para os munícipes de Torre de Moncorvo.-----

Mas, dizer-lhe também, quanto às carreiras, que neste novo modelo de gestão há mais treze mil, trezentos e setenta e seis quilómetros / ano de redes rodoviárias na CIMDouro, sendo certo que o que o Sr. Deputado Fausto Tiago, e bem, questionou é um assunto que não é só do Município de Torre de Moncorvo, porque o que nós tínhamos era que nós passámos essas autorizações,

desde que somos entidade – desde 2016, salvo erro – e o que nós fazemos são as redes municipais. Imaginem isto: Peredo – Mirandela, entra nas redes intermunicipais, e redes intercomunidades intermunicipais, o que quer dizer que nós só podemos passar, ou emitir declarações de transporte até ao limite da sede do concelho; depois, as CIM's têm que se organizar as duas – as duas, neste caso, a CIM das Terras de Trás-os-Montes e a CIMDouro.-- Portanto, está garantido o projeto, com os mais de treze mil quilómetros está reforçado, e nós, como à frente vamos ver, reforçamos também com oito percursos que se fazem, mas que não estavam estabelecidos naquele acordo que suspendemos na reunião, salvo erro de maio, até vir um parecer que nos permitisse chegar a um acordo com o operador, e que também aqui está.-- Portanto, vinte e cinco por cento (25%), Sr. Deputado, para todos e quaisquer passes, incluindo passes escolares ou passes para qualquer pessoa que queira usufruir, já estão em vigor. É só adquirir, já pagam com o desconto, e depois a CIMDouro faz essas contas com o operador. Quanto aos maiores de sessenta e cinco anos, o próprio Município já garante isso, como tem garantido, tem é que ser pedido nessa base, como é óbvio.-----

Quanto às notícias que viu também num jornal local, viu certamente mais coisas – viu Bragança, viu Carrazeda de Ansiães, e viu quase os oitenta e seis Municípios que têm aquela placa como nós temos na praça. O que é que nós temos aqui? O que nós temos aqui é que aquilo chama-se Lojas Interativas de Turismo. Essas Lojas Interativas de Turismo faziam com que não houvesse só um posto de turismo, mas sim lojas interligadas por todo o norte, em que o Porto trouxesse aqui informação, e nós levássemos também ao Porto. Era um serviço em rede, no fundo. E viu certamente que o Município de Torre de Moncorvo, antes, em 2013 já, tinha uma coisa que se chamava Centro de Informação Turística, que eram tutelados, não pelo Turismo do Porto e Norte, mas pelas ETR, as Entidades de Turismo Regionais. E viu também certamente, depois, que naquelas notícias todas vinha quanto é que cada um tinha gasto, quanto é que cada um fazia, e Moncorvo até aparecia lá, cinco mil euros (5.000€). Pronto, a questão que se está a investigar, e a própria Câmara Municipal entregou toda a documentação, como todas as Câmaras entregaram, e todas estamos disponíveis para entregar o que quisessem. Nós enviámos o processo todo, desde antes de 2013, posterior a 2013, porque nós já não temos uma Loja Interativa de Turismo feita de raiz, nem conforme são as outras; temos algumas siglas que são próprias, gastronomia, e essas coisas, tudo o resto já existia – e o mobiliário, exatamente. A questão passa-se com quem é que tem licenças para conseguir ter este tipo de mobiliário, e as licenças de software. E é aí que a toda a gente está a ser pedido para enviar a documentação. Nós também enviámos – aliás, nessa própria entrevista, em que também me entrevistaram, eu próprio disse, a Câmara de Moncorvo enviou tudo, perguntaram-se se estou como arguido, não estou como arguido, e direi a mesma resposta que disse aos Srs. Membros da Câmara: se algum dia estiver, seja por este caso, seja por outro inerente às funções de Presidente da Câmara, os

Lh.
Pedis



Srs. Deputados serão informados na primeira Assembleia que houver. Portanto, vamos ver no que é que isto dá. Até agora, o que posso dizer é que enviámos, efetivamente, toda a documentação que nos foi pedida, e que não fui constituído arguido.-----

Quanto à rede de gás natural, Sr. Deputado, o que é que quer que lhe diga, numa concessão nacional? Veja bem isto: a Câmara, para fazer um edital, ou para fazer uma vala no centro histórico, obrigam-me a ir à Direção Regional de Cultura do Norte, obrigam-me a ter pareceres, e obrigam-me a ter um arqueólogo em permanência. Deram uma concessão a uma empresa que ganhou aos Municípios do Norte, e comunicam à Câmara simplesmente isto: "Meus senhores, o concessionário para a rede natural de gás, a ser instalada a nível nacional, é a empresa tal." E mais nada. Nós, no dia 28, temos cá o Sr. Ministro do Ambiente, é uma boa pergunta para lhe fazermos. Estamos contra este tipo de combustível, e agora estamos nós – e disse bem, não somos só nós, é Carrazeda, Mogadouro, Alfândega, Vila Flor, até Bragança, o distrito está todo – com os inconvenientes que nos trazem, e nesta época natalícia ainda maiores, e a Câmara não tem intervenção porque é uma concessão nacional e governamental. E estamos sujeitos a isto.-----

Sr. Deputado Luís João, já existe uma comparticipação para o transporte de doentes. Existe uma comparticipação para transporte de doentes não urgentes, em que é dividida entre os bombeiros, caso sejam sócios dos bombeiros, e o Município, e existe a comparticipação a cem por cento (100%) dos doentes oncológicos. Nós não podemos interferir nas divisões de régua e esquadro. Nós pertencemos a uma ULS do Nordeste, e meteram Foz Coa dentro da ULS do Nordeste; depois, quando foi necessário, para os rácios poderem ter uma aprovação, retiraram a SUB de Foz Coa para a ULS da Guarda, e andamos nisto.-----

O que é verdade é que o Governo tem um espaço que lhe foi deixado para ter uma SUB que podia ser instalada em Torre de Moncorvo, e não foi. O erro foi não ter sido instalada uma SUB em Torre de Moncorvo, e andámos durante anos a fio a pagar instalações provisórias em contentores de obras. Toda a gente sabe que isso é verdade, e foram vários os Governos que passaram por lá. O que é certo é que nestes territórios que aqui haviam, sem haver necessidade de uma construção de raiz, nova, Torre de Moncorvo já a tinha. Por que é que não veio? Por incapacidade, ou por os Governos terem outras perspetivas mais partidárias? Não sei. Sei que agora temos um problema, e temos um contrato assinado – que pensei, sinceramente, nessas notícias que vieram a público das minas, que me questionassem – temos um contrato assinado entre o Estado Português e o próprio concessionário, em que diz que obrigatoriamente tem que estar uma SUB até seis quilómetros, no máximo dez, do centro das minas. Portanto, é aí, Srs. Deputados, que se o projeto for para a frente, como todos esperamos – acho que aqui todos esperamos – se for, é aí que temos que reivindicar aquilo que o próprio Estado assina, porque não pode assinar para ter investidores, e depois não cumprir, e ter um papel para inglês ver,

como se costuma dizer. É aí, Srs. Deputados, que se deve trazer a questão, uma vez que não foi trazida para os pontos de interesse a reabertura da mina de ferro de Torre de Moncorvo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. RAMIRO SALGADO;-----

E, -----

PONTO 16 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. RAMIRO SALGADO.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, antes de abrir o ponto, gostava de uma reunião de líderes, rápida, por causa deste ponto. Não sei se é possível.-----

-----**O Presidente de Mesa:** É sempre possível, Sr. Deputado. Então, vamos interromper durante cinco minutos. Um minuto? Os Srs. Deputados é que sabem.-----

(Interrupção dos trabalhos)-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vejo que os Srs. Líderes já regressaram, não foram precisos os cinco minutos. Podemos recomeçar os trabalhos?-----

Então, Sr. Presidente, faça favor de se pronunciar sobre o Ponto n.º 2, o Acordo de Colaboração.-

h.
Pedro



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados:-----

O que hoje estamos aqui a debater não é minimamente político; trata-se de um investimento de larga escala para o concelho, que se vai reformular na repartição de encargos que temos. Como sabem, o primeiro acordo que foi assinado foi a 27 de setembro de 2016, e previa que as obras iniciassem em 2017, 2018, 2019, 2020, com término em 2021. Como sabem, o procedimento foi todo feito, os concursos ficaram desertos porque a verba era manifestamente insuficiente, e o Sr. Ministro da Educação assinou, em julho de 2019 (31 de julho), uma adenda com o Município de Torre de Moncorvo, para permitir aquilo que nós dissemos que era essencial, que era chegar aos três milhões de euros (3.000.000€), porque era a base com que poderíamos lançar o concurso. Isso foi feito, está tudo adjudicado, vai para Tribunal de Contas.-----

O que é que é necessário agora fazer? Para já, ratificar a adenda do Sr. Ministro da Educação, como é óbvio, porque na anterior, tinha sido o Sr. Secretário de Estado a assinar. E é isso, no Ponto n.º 2, que vos peço, é que seja ratificado e aprovado por unanimidade o montante.-----

O Ponto n.º 16 tem a ver com uma coisa simples – eu vou já lá, e depois não direi mais nada sobre o Ponto n.º 16: o Ponto n.º 16 tem a ver com a repartição de encargos. Ora, se estava previsto que de 2016, iria começar em 2017 e terminar em 2021, eram na altura dois milhões (2.000.000€) a dividir por estes anos. Agora, temos três milhões (3.000.000€), a dividir por dois, e a obra tem que ser concretizada. Por isso é que vos vai aparecer um milhão e quinhentos mil (1.500.000€) em 2020, e um milhão – não chega aos quinhentos mil (500.000€), mas quase – também em 2021. A questão trata-se somente disso, porque se votarem já os dois, e se nós soubermos qual é a vossa intenção de voto, podemos emitir a certidão, porque é o que falta para enviar para o Tribunal de Contas, e beneficiarmos das obras que todos queremos, o mais breve possível, se possível ainda em janeiro.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Estão abertas as inscrições para se pronunciarem sobre o Ponto n.º 2. Quem pretende pronunciar-se? Parece que ninguém, está toda a gente esclarecida.-----

Então, vamos passar à votação do Ponto n.º 2, que é o Acordo de Colaboração para Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o “Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Torre de Moncorvo e o Ministério

da Educação, para Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Podemos votar o Ponto n.º 16? Não sei se querem intervir no Ponto n.º 16. Como o Sr. Presidente da Câmara disse, isto são dois pontos que estão ligados, que é a repartição dos encargos. Espero não dizer nada de errado – Sr. Presidente, se disser, corrija-me – isto vai decorrer no ano de 2020 e no ano de 2021, e terão que se repartir as verbas. Esperemos que não seja só 2020 e 2021; eu também termino o meu mandato em 2021, mas de qualquer forma, quem vier a seguir, depois terá uma chatice grande lá na escola. Mas, isso é um aparte.- Eu punha à votação, então, o Ponto n.º 16. Não sei se alguém quer intervir antes disso. Penso que não. Então, iríamos votar o Ponto n.º 16, que é a Repartição dos custos no ano de 2020 e 2021. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou **por unanimidade, autorizar a “Repartição de Encargos do Ano de 2020/2021 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”.** -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 3 – REGULAMENTO MUNICIPAL RESPEITANTE AO INCENTIVO E PROMOÇÃO DO CONTROLO DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE DETENTORES DE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E PROGRAMA DE APOIO À ESTERELIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)** e **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, é verdade, cansa só ler o título destes protocolos.-----

W
Podo

A ideia, qual é? Duzentos e trinta deputados estudaram – e creio que devem ter estudado desta forma brilhante – a Lei que saiu sobre os animais de companhia. Não tenho a menor dúvida que foi estudada – aliás, isto não é muito correto dizer o que eu vou dizer, mas estou certo de que o PAN, com a representatividade que teve nestas zonas do interior, percebeu perfeitamente o que é andar com caniches atrás de um rebanho de ovelhas.-----

E portanto, a Lei saiu. E o que é que temos agora? E vocês têm notado isso: aquilo que nós fazíamos, que era a recolha de animais, quer para o Centro de Detenção, lá em cima, e depois, o acordo que tínhamos com o CRO, que é um centro de retenção de animais, quer com Figueira de Castelo Rodrigo – e conseguiu-se isso de que forma? Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, eram eles que suportavam a despesa que tínhamos com os animais que estavam abandonados, e que dessa forma muitos eram adotados nesse CRO. Com a Lei a ter uma série de obrigações, o que é que se fez? Vimioso está a rebentar pelas costuras, não tem hipótese; o que nós tínhamos, o acordo com Figueira de Castelo Rodrigo, tem o dobro de animais já do que pode ter, e não conseguimos ter recolha de animais. Quero dizer-vos que esta semana foram enviados animais para a Bélgica e para a Alemanha, ao abrigo de um acordo que temos com associações de animais desses países, e que nos levaram alguns dos que tínhamos aqui no nosso Centro de Detenção, que é um centro de retenção provisória de animais. Mas, chegámos à conclusão que não chega, que basta que deixemos uma cadela – e eu vivo numa aldeia em que ainda, felizmente, há gado, eu sei que às vezes há cadelas com sete e oito cachorrinhos, e depois, desses sete e oito, é sempre a andar, e os gatos pior ainda.-----

O que é que nós temos aqui para propor? Sempre que alguém queira adotar um cão, em vez de o ir comprar a uma loja, que o tire da rua, e desde que ponha o microchip e mude o seu nome, enquanto detentor, a Câmara faz esse pagamento. E mais, se for para serem tirados da rua e adotados, faz-se mais, faz-se a esterilização. E isso, com a esterilização, vai permitir combater principalmente alguns polos que existem aí de gatos.-----

A ideia é: nestes que sejam os detentores que estejam em Moncorvo, que vivam cá efetivamente, e não que estejam de passagem, como é que se fez para termos uma base que se possa pagar? Tão simples quanto isto: a todas as clínicas que existiam à volta do concelho pediu-se valores para a esterilização de animais – a todas. Cada uma respondeu, independentemente das outras, e foi a que teve o preço mais barato. E depois, o que se fez foi, nesta proposta de regulamento, colocar esse valor mais barato. E novamente, depois desta consulta prévia, dissemos o seguinte: “Há uma clínica veterinária que tem este valor para todas estas coisas que nós queremos fazer; vocês acompanham, ou não acompanham?”, e é a segunda parte, que é a colaboração do Programa de Apoio à Esterilização, que é a Câmara assinar com todas as que existam, todas as clínicas, para fazerem esta esterilização. Ou seja, nós estamos a tentar cumprir a Lei.-----

O que estamos a falar é exatamente esta situação. Para muitos de vocês que aqui estão, e para mim também, há situações com pessoas que nós devíamos atalhar, mas o que é certo é que a Lei nos obriga a fazer isto. Entre não termos nada, e termos alguma coisa, e colocarmos – não vou dizer um ponto final, mas pelo menos tentarmos colocar um ponto final no que já existe, que às vezes já se conseguem ver sete e oito cães juntos – e qualquer dia não há comida, e eles vão começar a fazer estragos, e alguns poderão tornar-se quase cães selvagens, e aí vamos ter graves problemas. Nós vamos tentar atalhar por aqui. Poderão dizer que isto é ir muito além; não é ir muito além, é a perspectiva de um concelho do interior que deveria ter sido pensada numa Lei que deveria ser geral a nível nacional, e não na perspectiva que temos, de alguém que pensou no cãozinho que passeia no jardim, e não naquele que faz, efetivamente, um trabalho em prol do dono, no pastoreio ou noutra tipo de atividade.-----

Mas, é o que temos, e é o que vos propomos, sendo certo que, mais uma vez, é o Orçamento Municipal que irá suportar estes valores que aqui estão. Para vos dar uma ideia, o apoio financeiro para um gato fica em quinze euros (15€), um cão em trinta (30€), uma gata em trinta e cinco (35€), e uma cadela em cinquenta e cinco euros (55€).-----

Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Uma das coisas que mais me incomoda, realmente, é sair de casa, ver o quintal com a salsa que nós ali temos para os bolos, e outras coisas, e um cão andar ali a escavar durante a noite, e dar cabo daquilo. Chego ao Larinho, quero entrar para casa, lá está um monte de porcaria de um cão, e não sei que mais.-----

Ora bem, eu recomendo é que se exerça pressão sobre as pessoas que têm animais, e que os multem quando andarem nas ruas – que os multem, que os apanhem, que façam qualquer coisa. Agora, e então, se isto servir para meter o chip e para os obrigar a tirar licenças, e depois a responsabilizá-los, muito bem, acho que são tudo medidas positivas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

----- **O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia a todos.-----

Pegando na introdução do Sr. Presidente, acho que além deste assunto que está em discussão, será muito mais importante e pertinente tratar de, efetivamente, resolver a questão da recolha. Eu posso relatar um caso que está, por exemplo, a acontecer em Carviçais, na minha freguesia: neste momento, há três cães vadios que se passeiam por lá, e que começam a atacar as

h.
Pedro



peçoas. Já tive dois relatos de um senhor que foi lá, e que foi atacado por esses cães, foi reportado o caso à veterinária, que nos respondeu precisamente que não é possível, para já, fazer a recolha, em virtude da superlotação. Agora, neste caso, o que é que se faz? Deixam-se andar? A resposta da Junta foi desresponsabilizar-se por qualquer problema de maior que possa ocorrer. Não podemos estar nós depois a ser classificados com alguma medida, se vierem a acontecer outros casos. Isto tem que ser pensado e tem que ser solucionado de alguma forma. Se o senhor do PAN faz as leis para lá, é trazê-lo para cá uns dias, que venha ver o que se passa.-----

É só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, não sei se quer intervir.---

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Aqui o problema é efetivamente a recolha, porque nós não os podemos recolher e ter mais de oito dias no nosso centro de detenção provisório; o CRO, enquanto não tiver uma situação para adoção, também não pode fazer nada, porque, como sabem, está proibido o abate dos animais. E este é o grande problema que nós estamos agora a ter, para não falar já do problema e do acréscimo que foi em termos de ração para alimentação. Mas, temos que ver.-----

Agora, Sr. Deputado António Júlio, eu concordo consigo em absoluto. O grande problema é que o senhor até pode saber de quem é o cão, mas não está lá o chip, não está lá nada, e ele diz que não é dele, que anda ali por andar. E este é o problema que temos tido, e que temos, efetivamente, que solucionar.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Há mais alguma intervenção na segunda ronda? Penso que não. -
Então, iremos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados José Aires e Sílvio Carvalho) **aprovar a “Proposta de Regulamento Municipal respeitante ao Incentivo e Promoção do Controlo de Reprodução de Animais de Companhia de Detentores de Residentes no Município de Torre de Moncorvo e o Protocolo de Colaboração e Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**PONTO 4 – DIREÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE –
PNREGÁDIOS – AVISO Nº 02/DRE/2019 – PROPOSTA DE CONTRATO DE
PARCERIA.**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **António Júlio Andrade (PS)** e **Pedro Carrasqueira (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, Sr. Presidente, é com muito agrado que trazemos isto aqui – aliás, em tom de brincadeira, desengatilhámos o que estava engatilhado. E portanto, o que trazemos aqui é que a candidatura do regadio, com cerca de quatro mil e duzentos hectares, está submetida, e este eu trago aqui a ratificação, é submetido dentro dos prazos, e conseguimos em tempo record que a Direção Regional de Agricultura nos assinasse um contrato de parceria. Sem este contrato de parceria, não é possível a qualquer entidade, pública ou privada, concorrer aos regádios. Portanto, não vale a pena dizer que havia a Associação de Regantes, ou o que quer que seja; o que é certo é que em termos de regadio, não se fez nada durante este tempo, à exceção da candidatura que a Associação de Regantes de Felgueiras fez, e que viu aprovada. Mas, estamos a falar de trinta hectares, e agora estamos a falar de quatro mil e duzentos hectares.-----

O que é que visa este protocolo? É que só quem o tiver é que pode ter esta candidatura. E ao ser concedida ao Município de Torre de Moncorvo, vamos já a esta candidatura que existiu, e que irá certamente existir daqui para a frente.-----

Agora, Srs. Deputados, eu quero que tenham noção disto: este é, talvez, o maior desafio que nós vamos ter ao longo dos próximos anos; não neste mandato, não no próximo, mas se calhar nos próximos dez ou quinze anos. Portanto, temos que estar todos aqui, podemos dizer, a remar para o mesmo lado – já que se está a falar de regádios – e o que nós hoje vos propomos é que seja dado este voto a este contrato, sendo eu o primeiro a reconhecer que a Sra. Diretora teve um papel fundamental ao receber o Município, ao elaborarmos em conjunto este protocolo, e ao submetê-lo a assinatura quase de um dia para o outro.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto.---

----- **O Deputado Fausto Tiago:** Ora, começo por dar os parabéns ao Sr. Presidente, porque, de facto, em pouco tempo fez uma evolução de cento e oitenta graus, ou deu uma volta de cento

h. Ag
Pedro



e oitenta graus. Da primeira vez que falámos nisto, nos regadios, aqui na Assembleia, Sr. Presidente, a sua posição era esta: a Câmara vai apoiar uma associação a criar pelos agricultores, um projeto a desenvolver pelos agricultores, eles fazem todo esse trabalho base, e depois chegam à Câmara, e na altura apoia-se. Hoje, a posição do Sr. Presidente é completamente diferente; está na frente, está à cabeça, quer o projeto, e viu. E isso denota algumas fragilidades. E por quê? O Sr. Presidente, há seis anos que está no poder, e só agora é que acorda para esta situação, quando uns já estão a acabar, ou pelo menos já iniciaram o processo – por exemplo, Vila Flor já tem obras no terreno, Alfândega da Fé já tem obras no terreno – nós estamos agora a começar o processo, porque o Sr. Presidente, quando começou o mandato, a primeira coisa que devia ter feito era: o que é que vamos fazer pelo concelho? Sem ser as luzinhas, sem ser as festas, sem ser estas coisinhas, que podiam perfeitamente ser organizadas pela Junta de Freguesia, e o Sr. Presidente gastava energias em projetos que, de facto, alterassem de fundo, e este pode, de facto, alterar o nosso tecido económico, a nossa maneira de encarar a agricultura, a nossa forma de encarar a agricultura, porque a agricultura, quer queiramos, quer não, no Concelho de Moncorvo, e nos concelhos do interior, vai ter um papel fundamental.-----

Mas, ainda bem que o Sr. Presidente mudou a sua posição, eu acho que só não muda quem, de facto, não quer trabalhar para o bem comum. Por isso, Sr. Presidente, dou-lhe os parabéns pelo facto de ter alterado completamente a sua posição.-----

Depois, relativamente ao projeto, o Sr. Presidente já tem o projeto, e numa das últimas reuniões – não sei se foi a última, talvez a penúltima – o Sr. Presidente disse que já tinha falado com a Divisão Técnica para elaborar o projeto. Ora bem, agora aparece a dizer que já tem projeto. Esse projeto não existia já, ou não existia um esboço de projeto, ou esse projeto foi feito mesmo agora, neste intervalo de tempo? Porque a Divisão Técnica não tem tantos recursos humanos, nem tanta capacidade técnica para elaborar um projeto deste tipo; penso que é uma coisa de algum peso, não se faz do pé para a mão, nem se faz sobre os joelhos. E eu penso que se tivéssemos tido uma visão estratégica, acho que no caso de Maçores, Urros e Peredo, havia a possibilidade ali de chamar também o Freixo, como foi no caso do abastecimento de água às populações, Ligares tinha a ver, e tem muito a ver também com aquela zona ali do regadio, e podia, de facto, potenciar este investimento para valores mais elevados e, se calhar, como era um projeto intermunicipal, ter outros apoios e ser mais acarinhado pelos poderes centrais.-----

Portanto, sim senhor, dou os parabéns ao Sr. Presidente. Acho que deve agora, de facto, trabalhar a fundo para que as coisas avancem o mais rapidamente possível, e nós estaremos cá para, com certeza, apoiar estes desígnios.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Concluiu, Sr. Deputado? Muito obrigado. Sr. Deputado Luís Dias.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Já agora, Sr. Presidente, eu declaro um conflito de interesses, porque sou agricultor nesta região, não sei se posso votar, ou não, agradeço que informe antes da votação.-----
Sinto-me muito feliz pela dimensão suprapartidária deste protocolo. Já que a Sra. Diretora Regional (...) propõe logo, juntamente com o Município, uma obra que não se tem visto no norte do país – grandes obras acima dos mil hectares, só se veem no Alentejo; toda a agricultura estava a ser potenciada no Alentejo.-----
Referiram aqui algumas zonas de regadio de Alfândega e Vila Flor, coisas de duzentos, trezentos hectares; agora, estamos a falar de quatro mil e duzentos hectares. Ora bem, só para termos um número, esses quatro mil e duzentos hectares vão permitir que haja, pelo menos – claro que depende da cultura que venha a ser instalada nesses quatro mil e duzentos hectares, mas esses quatro mil e duzentos hectares vão permitir a instalação de duzentos postos de trabalho, de duzentas famílias. E é assim que o interior é novamente posto com gente, já que a sangria da população do interior tem sido grande, toda a gente quer ir para as cidades, porque a nossa agricultura, especialmente no interior norte – mais uma vez, não falo no Alentejo – tem sido uma agricultura de dimensão familiar, quase de subsistência, de pouco grau empresarial.-----
O que é que permite o regadio? O regadio permite ter uma estimativa de produção. Enquanto nós, agricultores, neste momento, em sequeiro, não sabemos qual vai ser a nossa produção – pode ser boa, pode ser má, pode ser mais ou menos; como diz o povo, depende do S. Pedro – neste caso, não. Com a garantia da água, nós conseguimos ter uma estimativa de produção, ter orçamentos, conseguir arriscar, porque temos água. E a água é tudo em agricultura.-----
Eu gostava só de sublinhar alguns pontos desta proposta: os referidos quatro mil, cento e oitenta e sete hectares, que o Sr. Presidente referiu, os onze milhões (11.000.000€) de investimento – para um Município como Moncorvo é uma quantia enorme. Isto não fica só pela parte da rega; ou seja, tem execução de rede de média tensão, de baixa tensão, de postos de transformação, de vias – no fundo, este regadio é um polo dinamizador de todo o espaço rural, não se limita apenas à água, mas a todas as outras acessibilidades.-----
Mais uma vez, felicito o Município, felicito o Governo da República, na pessoa da Diretora Regional, Carla Alves, que depois deste tempo todo – quero dizer, os quarenta anos de democracia – não tínhamos visto um projeto desta dimensão no interior norte do país.-----
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio, faça favor.---

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Há coisas que me levam a ter saudades da Administração Pública. Por 1973, foi encomendado um projeto para o regadio em Trás-os-

h.
Pedro



Montes, que previa a construção de umas noventa barragens. Concretamente no Concelho de Moncorvo, a que eu me limito, foi encomendado o projeto, creio que em 1973, por Camilo Mendonça, saudoso, foi executado o projeto pela Hidrotécnica Portuguesa – uma empresa de Lisboa, em que era um dos sócios principais o ex-Ministro do Planeamento, Sousa Gomes, e o falecido Presidente da Câmara de Lisboa, Cruz Abecassis – e esse projeto previa, realmente, uma coisa bonita para o Concelho de Moncorvo: previa a construção de uma barragem de terra, ali no Ribeiro da Senhora do Larinho, previa a construção de uma barragem, além no Souto, de terra, previa a construção de uma barragem em Vale Ferreiros, um quilómetro a jusante da atual, previa a construção de uma barragem em Felgueiras, e a ligação de todas estas barragens. Eu não sei onde é que para esse projeto, sei que foi entregue em 1981, não sei onde é que para, certamente que está desatualizadíssimo, já não vale para nada. Mas, aquilo que eu recomendo à Câmara de Moncorvo é que olhe em grande para o concelho, e não apenas para um pequeno regadio em Felgueiras, ou no Peredo, porque o concelho precisa de ser pensado e planeado de forma integrada. Por exemplo: lamento imenso ter-se construído uma barragem ali no Larinho-Cardanha, em que os moradores não tiraram proveito nenhum, quando era tão simples, se a Câmara e a Junta de Freguesia tinham exigido à EDP uma condução de água para regar aquele prado todo do Larinho, certamente que a EDP, na altura, fazia. Agora, nem permitem tirar de lá uma gota de água do rio; se for lá tirar um copo de água, podem multar.-----
É essa recomendação que eu deixo ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, é um documento de consenso, pelo que eu estou a ver, mas não fazendo a história que o Sr. Deputado António Júlio fez, mas utilizando as palavras que o Sr. Deputado Fausto Tiago quis dizer, mas não chegou, que só não muda – deixe-me dizer-lhe que, em 2009, em setembro de 2009, ofereci-lhe um livro que era o “Ensaio sobre a cegueira”, do Saramago; ofereci-lho aqui numa Assembleia Municipal. Mas, estou a ver que o leu, e leu-o bem, Sr. Deputado; tão bem o leu que num Decreto-lei aprovado pelo seu Governo, ou pelo Governo que apoia a Bancada onde o senhor está, que é de março de 2019, o senhor já previu isto em 2012. Eu digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: pior do que o senhor só a CMTV, está antes dos acontecimentos. Mas, eu percebo que o senhor esteja lá. Sr. Deputado, eu estive aqui a ouvi-lo, deixe-me explicar-lhe, que eu estive aqui a ouvi-lo; o senhor às vezes é que não ouve. E não ouve, permita-me que lhe diga, porque não lê, e vem para aqui sem estar preparado, porque se tivesse lido, não falava do projeto, via o que está no projeto assinado com a Direção Regional, é isso que está lá escrito. E o senhor podia dizer assim: “Sim, senhor, a captação do Rio Douro nesta barragem, não concordo por isto ou por isto; a regularização do terreno e a

instalação dos reservatórios onde está prevista, não concordo; a colocação de vários hidrantes em cada bloco de rega, não concordo; a colocação de contadores à saída de cada reservatório, vou pagar? Não concordo. A colocação de bombas multicelulares horizontais de grande capacidade, concordo; as redes de rega principal para adução, não concordo.” Ou seja, tem aqui uma série de coisas que o senhor podia ter utilizado para falar até do projeto. Felizmente, temos técnicos – e tenho que dizer que uma técnica esteve em exclusividade para isto, durante este tempo todo, porque nós começámos, ao contrário do que o senhor diz, começámos a trabalhar antes das portarias e antes de assinarmos este protocolo, mas o que nós falámos antes era a Lei que existia, que era para a Associação de Regantes, na qual nem a Junta, nem os Municípios, podiam ser candidatados. Está a trocar tudo, Sr. Deputado.-----

Quando eu disse aqui, e assumo, e voltarei sempre a assumir, e mais, para o futuro também – não sei se o senhor chegou lá, se não chegou, mas também para o futuro – que é isto: se houver novo concurso para pequenos regadios para a Associação de Regantes, a Câmara estará, como esteve para Felgueiras, mas como esteve também para resolver problemas na Adeganha, como esteve para resolver problemas nos Estevais, estará disponível para fazer o acompanhamento dos projetos. Mas, isso é para a Associação de Regantes. Tanto assim é, Sr. Deputado, que alguns dos que o senhor citou aí foram – com as Câmaras Municipais, e com as pressões que nós sabemos que existem – foram tentar ser eles a candidatar estes projetos, quando eram Associações de Regantes, e foram chumbados. O que aqui estamos a falar é de uma medida completamente diferente, a partir de março.-----

Mas, já que fala das mudanças, tenho a dizer-lhe que não foi preciso ir a 1973; em 1988, aqui, quando foi proposto o grande regadio da Vilariça, com um centro em Moncorvo, o Presidente da Câmara de então – e não sei se o senhor, efetivamente, já o apoiava, não sei, aqui não posso dizer se já o apoiava, ou se estaria em alguma Junta – estou a falar para quem andava de bandeirinha a dizer que as ETAR’s estavam todas prontas, e o abastecimento de água – nessa altura, foi retirado daqui – e ainda bem que se recorda – e disseram: “Moncorvo não precisa de regadio, porque nós temos que nos virar para a vinha.” E eu, há dois anos atrás – já aqui o contei também, tenho pena de não me recordar qual era o engenheiro responsável, na altura, pela hidráulica – em plena festa da Terra Flor, deu um elogio a Alfândega, deu um elogio a Vila Flor, como o senhor estava a dizer, os projetos que estavam e que queriam aproveitar, e que foram aí capa de jornais, já íamos em seis milhões (6.000.000€). Não sei onde é que eles estão, mas talvez os encontremos. O que é certo é que nessa data, Moncorvo rejeitou para poder estar concentrado na vinha. Bem ou mal, foi a opção na altura. Portanto, não venha com esse tipo de críticas, porque não vale a pena vir.-----

Mais, o senhor aqui defendeu, numa Assembleia Municipal, que em vez do que o senhor diz, de festas, festinhas, festarolas, defendeu a construção de um edifício, por ter a marca do Arq.º Souto

M. Pedro



Moura, que ficava em doze milhões (12.000.000€), que é mais do que este regadio. O senhor defendeu isto, e está o senhor a falar-me de festinhas, festas e festarolas, quando foram construídas mais de vinte ETAR's, em que as pessoas nem têm noção do que elas fazem, do que é o bem para a saúde pública? Está o senhor a dizer-me isto?-----

Mais, ninguém se lembra que o primeiro a vir a terreiro defender a Barragem do Baixo Sabor, em termos de regadio, era então Ministro o Ministro Capoulas dos Santos, Ministro da Agricultura, foi o Presidente da Câmara de Moncorvo? Ninguém se recorda que ali no cineteatro, o Presidente da Câmara de Moncorvo disse que a Barragem do Sabor não podia passar ao lado dos agricultores, e que devia servir para regadio, estando lá o Primeiro Ministro, como o Ministro da Agricultura, como o Ministro do Ambiente? Portanto, isto aqui – dizendo como o Jorge Jesus, citando a Mariza, “*é mais o que nos une do que o que nos divide*” – é um projeto estruturante, e todos estamos de acordo com isto. Foram feitos erros no passado? Foram. Queremos ter picardias aqui? Todos temos. Agora, temos é que olhar para o futuro, porque os que estiveram lá atrás, já passou. E por isso mesmo eu disse: este projeto, a ir para a frente – e eu penso que com as alterações climáticas, tem que ir para a frente – é o início. O que o Sr. Deputado António Júlio disse é verdade, temos que ir para além disso. E eu comecei por dizer, estes são os sessenta milhões (60.000.000€) que estão previstos, mas vai haver mais. E nestes sessenta milhões (60.000.000€), oitenta e cinco por cento (85%) vão para o Alentejo.-----

Portanto, nós temos é que agarrar neste projeto, agarrar neste protocolo que temos com o Estado Português, e desenvolvê-lo ao longo da próxima década. Quando o terminarmos, se calhar já vai estar desajustado, mas temos que andar a trabalhar nele, e todos para o mesmo lado, porque não há nada pior do que sermos nós os primeiros a não nos entendermos, porque quando chegar a fase da assinatura do Ministro, vão dizer: “Nem eles se entendem sobre onde é que querem as coisas, como é que nós nos vamos entender?”-----

Quanto ao que foi dito sobre o projeto, obviamente que se há alguém que tem, e que muitas vezes cita Camilo Mendonça, sou eu, que, efetivamente, viu mais além. Viu mais além, e acabou por ser injustiçado. Aliás, o plano de barragens foi todo eliminado, e o que temos foi feito em grande parte pela visão dele. Agora, temos um problema, que é a venda da barragem à IBERDROLA, provavelmente, que vai ter o controlo dos caudais a jusante e a montante. Mas, quando, Sr. Deputado, me diz assim: “Então, a Câmara não sabe onde é que anda o projeto das barragens?” Eu podia responder-lhe que provavelmente fechado a sete chaves, numa gaveta do Bloco de Esquerda, porque as barragens são prejudiciais.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Segunda ronda de intervenções.-----
Sr. Deputado Fausto, faça favor.-----

----- **O Deputado Fausto Tiago:** Ainda bem que o Sr. Presidente acordou agora para este projeto do regadio, porque ainda há pouco tempo, nem ao menos sonhava com tal coisa.-----

Mas, falou aí numa questão, e disse que eu apoiei; apoiei e continuo a apoiar. O senhor diz assim: o palácio dos desportos – não sei como é que se chamava – já não tinha nada a ver com o multiusos, era uma coisa completamente diferente. A ideia era projetar Moncorvo mais além dos seus vizinhos, como projetou a Igreja. Nós hoje percorremos os concelhos à volta de Torre de Moncorvo e não vemos um concelho que tenha um monumento como tem Moncorvo, e essa foi, de certeza absoluta, à época, a obra do regime. Ora bem, o Sr. Presidente é contra as obras do regime, mas, de facto, hoje contribui para atrair a Moncorvo mais do que qualquer outro projeto, mais do que todas as festinhas que o senhor faça em Moncorvo.-----

Por isso é que eu acho que o tal dito cujo, que já havia um esboço de projeto do Arq.º Souto Moura, podia, de facto, projetar Moncorvo mais além do que os outros, e nós temos que ver mais além do que os outros, se queremos, de facto, fazer alguma coisa. E eu apoiei, continuo a apoiar – penso que não é uma obra para amanhã, quando o senhor entrou provavelmente havia alguns problemas, mas essas questões estão mais ou menos controladas. Portanto, penso que era bom haver no Executivo alguém que pensasse, de facto, que isso podia trazer e colocar Moncorvo num patamar superior, em relação aos seus vizinhos. Eu penso que não basta, e como o senhor diz, já fez o tratamento das águas residuais; Sr. Presidente, mas para fazer o tratamento das águas residuais, alguém arranjou água para as pessoas consumirem, porque, na altura, essa questão não se colocava, Sr. Presidente. Cada coisa a seu tempo. Foi preciso primeiro construir as barragens, fazer o abastecimento humano, instalar todas as redes que era preciso instalar, e só depois é que vem o tratamento dos esgotos. É evidente que o senhor chegou na altura em que isso tinha que ser feito, provavelmente nos mandatos anteriores ainda não era o tempo para fazer isso. O Sr. Presidente já vem duas ou três vezes falar na mesma coisa, é evidente que é no tempo devido, porque, se calhar, antes isso ainda não tinha cabimento, ainda não havia lógica para tratar os esgotos. E o senhor veio na época exata, e fez muito bem, e dou-lhe os parabéns por isso.-----

Agora, o senhor, relativamente a esta questão – não sei qual era a designação que tinha lá no projeto, se era palácio, se era um multiusos, penso que era um multiusos – hoje em dia, isso está ultrapassado, mas a ideia não era um multiusos; a ideia era ir mais além, e o Sr. Presidente sabe muito bem que era.-----

E já agora, o Sr. Presidente podia, como agora agarra este projeto dos regadios, também podia agarrar esse e projetá-lo – não a dois ou três anos, é evidente que é um projeto a dez anos. A Igreja, se calhar, foi um projeto a cem anos.-----

Tenho dito.-----

Lh. Pedro



-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, pode intervir.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, eu acho que esta obra será a sua obra de regime, juntamente com o Centro Logístico da Junqueira, que uma não funcionará sem a outra. Ou seja, se temos agricultura, e depois não temos a transformação agrícola, vamos dar a mais valia a todos os outros Municípios à volta que queiram investir na transformação agrícola. ----- Este projeto de regadio, juntamente com o Centro Logístico da Junqueira, permitirá a Moncorvo ter um futuro com uma economia forte. Isso, sim, são investimentos. Depois de se produzir riqueza, até se pode produzir monumentos de altos custos, em vez do pequeno monumento à Primeira Guerra Mundial, que já é visitado, e apenas tem dois meses de inauguração, e já é visitado por estudantes de arquitetura – porque as pequenas obras também são visitadas, não são só as grandes obras. O concelho tem é de promover a economia. Promovendo a economia, há empregos, há cultura – não estou a dizer que o concelho não o faça, porque o concelho tem uma forte aposta na cultura, especialmente na sua Escola Sabor Artes, e em toda a parte de arqueologia que é desenvolvida por parte do Museu do Ferro, mas a cultura também é a cultura da amêndoa coberta. O que é a amêndoa coberta, se não uma transformação agrícola? Se não houvesse a amêndoa, se não houvesse a agricultura da amêndoa, também não haveria a transformação agrícola. Mas, se não houvesse a transformação agrícola – daí a importância do Centro Logístico da Junqueira – não haveria a cobertura da amêndoa, não haveria as “cobrideiras”, porque isso é uma transformação agrícola. E não havendo isso, não havia a nossa cultura que hoje temos, de ter a indicação de proveniência geográfica da amêndoa coberta de Moncorvo.-----

Ou seja, vamos primeiro ao que é essencial, e o essencial é haver água para termos uma agricultura competitiva. O que mais é essencial? É termos um Centro Logístico – já que os outros senhores que erraram no passado fizeram um Centro Logístico fora da região demarcada do Douro – falo ali do Larinho, da zona industrial, que não se pode fazer uma adega, não é permitido fazer uma adega fora da região demarcada do Douro – e finalmente, há um Executivo que quer apostar no Centro Logístico, no meio de duas vias de comunicação (IC5 e IP2), e no meio do Vale da Vilarça, o vale mais produtivo da região, e no meio de um regadio já existente, o regadio da Vilarça, que juntamente com o regadio enorme, de quatro mil e duzentos hectares, de Peredo, Urros e Maçores, será de certeza usado por empresas de transformação, e não apenas para mecânica, armazém ou mobiliário diverso.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu apelava um pouco ao poder de síntese dos Srs. Deputados, sem lhes cortar a palavra, obviamente, porque ainda só estamos no Ponto n.º 4, e como viram, são dezanove pontos. Mas, temos a tarde toda.-----

1h.
Pedro
Ay

Sr. Deputado António Júlio, faça favor.-----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Estou plenamente de acordo com tudo o que foi aqui dito, mas é preciso não encarar as coisas como paraísos. Voltando à Hidrotécnica Portuguesa e ao Camilo Mendonça, devo dizer que foram construídas todas as barragens previstas para a Vilariga. Passámos os cinquenta anos antes a reclamar o regadio da Vilariga; veio o regadio da Vilariga, e pouco adiantou. Ao fim e ao cabo, parece que o abandono das terras ainda foi pior. Portanto, não é nenhuma panaceia aqui velha.-----

Sr. Presidente, estou plenamente de acordo que deve haver entendimentos; agora, os entendimentos não podem excluir as questões, não podem excluir as críticas, porque ninguém é dono da verdade absoluta.-----

Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra aqui ao Sr. Deputado Pedro Carrasqueira. São regras do Regimento: os membros da Mesa, quando querem intervir, têm que abandonar a Mesa.-----

----- **O Deputado Pedro Carrasqueira:** Bom dia a todos.-----

Em resposta ao deputado Fausto, que diz que somos um concelho agrícola e que devemos apoiar os agricultores, na minha opinião, isto sim é um apoio à agricultura do concelho. O que é de lamentar é o que aconteceu na última sexta-feira, a partir das quatro da tarde, nas entradas da zona industrial, onde a Autoridade Tributária se pôs a controlar todos os pequenos agricultores, que depois de uma semana e de um dia de trabalho, na azeitona, chegaram ali e foram controlados por tudo, desde pesos, guias e tudo o mais. E depois, para piorar a situação, na segunda-feira ainda foram ao lagar confirmar os pesos que eles levaram. Vamos ver onde é que isto vai parar. Agora, diga-me o Sr. Deputado se isto é apoiar a agricultura do concelho.-----

Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito rápido, para dizer que neste acordo com a Direção Regional da Agricultura, o que está previsto, Sr. Deputado – eu gostaria que se conseguissem colocar na cláusula décima primeira, é aí que nós temos que trabalhar; quando eu digo “o projeto”, o projeto é o projeto de candidatura, não é o projeto de construção. Se reparar, no décimo primeiro diz aí: “Estudos, projeto de execução e fiscalização da obra”. Aí é que está a justificação dos onze milhões (11.000.000€), cláusula décima primeira. O que nós

h.
P. Reis
M



precisamos é de fazer tudo aquilo; tudo o que o Sr. Deputado disse que estava previsto, é o que está previsto também aqui, porque não temos outra hipótese, é o que vamos fazer. Portanto, é a partir daqui que devemos desenvolver o nosso projeto, e é a partir daqui que devemos fazer as observações que tivermos a fazer. Aqui, sim, é o tempo dos esclarecimentos. Hoje, foi o tempo da explicação política. Como há um consenso, agora vamos, depois, ao tempo da execução.---
Dizer só, Sr. Deputado, para que não fique qualquer dúvida às pessoas que aqui estão, e que não nos acompanharam durante os mandatos da Assembleia Municipal, o que se pretendia era um turismo de arquitetura, se bem se recorda disso. Por isso, tínhamos de ter como referência um nome, para as pessoas virem ao concelho – recorda-se disso. Quando foi previsto o projeto, era um turismo de arquitetura. Pois bem, Srs. Deputados, quantos já foram visitar o monumento – se quiserem assim chamar-lhe – em termos de turismo de arquitetura, do Arq.º Siza Vieira, que está no Concelho de Moncorvo? Três ou quatro. E portanto, não gastamos onze milhões (11.000.000€), nem doze (12.000.000€), nem treze (13.000.000€), e temos uma obra de assinatura de um grande arquiteto. Na altura, quando foi feito esse investimento, o Sr. Presidente de então dizia: “Já me deram cabo das minhas ideias, porque o que eu queria era que Moncorvo fosse o concelho “Souto Moura”, e não que houvesse divisão de concelhos”, porque o projeto do Arq.º Souto Moura foi para o Tua, e o do Siza Vieira para o Sabor. Não houve só uma maquete, não houve só uma intenção de projeto; houve, efetivamente, a execução de um projeto, que acabou de ser pago em 2014. Mas, temos esse projeto do Arq.º Souto Moura. Quem sabe, as gerações vindouras o possam realizar, depois daquilo que entendemos – e por isso é que fomos aqui colocados – que é primordial para o concelho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação. É lógico que pode votar. Isto é uma proposta de contrato de parceria; se formos ver por essa perspetiva, somos todos agricultores – ou quase todos – e ninguém vota. Isso é uma falsa questão, desculpe-me dizer-lhe, porque senão abandonamos todos, não há quórum para votar, porque penso que a maioria dos que estão aqui presentes são agricultores. Aliás, isto é um contrato de parceria, depois haverá outros desenvolvimentos, e aí é que poderá haver incompatibilidades, ou não.-----
Vamos votar o Ponto n.º 4. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **deliberou por unanimidade, aprovar o “contrato de parceria celebrado entre o Município de Torre de Moncorvo e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente estava a falar de interromper os trabalhos, mas penso que o cortejo já passou. Então, interrompemos os trabalhos durante cinco minutos, por causa da atividade da Parada de Natal, que estão ali os nossos alunos. Cinco minutos.-----

(Interrupção dos trabalhos)-----

PONTO 5 – APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E REGULAMENTO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO. ---

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos retomar os trabalhos. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é daqueles pontos que eu acho que obrigatoriamente temos que o trazer à Assembleia Municipal, mas trata-se de cariz única e exclusivamente técnico, que é a catalogação e a forma como cada um dos documentos, em que pasta é que fica. Portanto, tem que haver um regulamento, obviamente, para as pessoas saberem, mas é de cariz extremamente técnico. E portanto, é só isto que eu vos apresento. Foi feito pela Dra. Maria João, e é o que nos vai regulamentar em termos do plano e classificação. Mais nada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio, faça favor.-----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Não é para apreciar o documento, que era necessário, mas ficaria mal com a minha consciência se não fizesse aqui um público elogio à autora deste documento, Maria João Moita, porque, realmente, acho que nunca vi um funcionário tão dedicado na Câmara de Moncorvo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----
Então, iremos votar o Ponto n.º 5. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar a “Proposta de Plano de Classificação e Regulamento para o Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo”**.-----

Redio



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 6 – PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE TORRE DE MONCORVO – PROJETO 365 DIAS A AJUDAR.

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Srs. Deputados, este é um protocolo em que uma Junta de Freguesia se candidatou, tem a ver com o não desperdício dos excedentes alimentares, em que se vincula a entregá-los ao Banco Solidário, para depois gerir, juntamente com as demais Juntas de Freguesia. Foi assinado por todos os Srs. Presidentes de Junta, e portanto, a Câmara aqui só tem que aprovar e louvar os treze Presidentes de Junta que tiveram esta iniciativa, a Junta de Moncorvo, que elaborou a candidatura, e que esperamos que estes excedentes alimentares possam servir, efetivamente, para não serem desperdiçados e serem utilizados numa verdadeira economia circular.-----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente.-----

Srs. Deputados, quem pretende intervir sobre o Ponto n.º 6? Nenhum deputado quer intervir.-----
Vamos passar, então, à votação do Ponto n.º 6. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar o “Protocolo com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, relativo ao Projeto 365 Dias a Ajudar.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 7 – IP PATRIMÓNIO CONCESSÃO.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito breve, Sr. Presidente e Srs. Deputados.-----

Tenho a dizer-vos que no dia 18 estarei numa reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas para lhe dizer que não concordo com a proposta que é feita, mas que vamos votá-la. E vamos votá-la pelo seguinte: este é o protocolo que nos rege, e que já vem desde 1992, em que para além dos milhares de euros – eu posso dizer-vos que já vamos perto dos três milhões (3.000.000€), entre o anterior Executivo e o atual, de investimento para mantermos o canal aberto, e para não deixarmos que as estações e os apeadeiros caiam. Basicamente, trata-se disso. Mas, a IP entende que ainda temos que lhe pagar uma renda por fazermos isto, que temos que pagar um seguro de responsabilidade civil no valor próximo de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), para mantermos as estações e apeadeiros em boas condições. E então, isto foi o que nos regulamentou até agora.-----

A partir daqui a proposta que é feita é a seguinte: nós temos efetivamente que pagar, e eles têm que nos fazer um pagamento também, para haver encontro de contas. Na renda, posso dizer-vos que são cerca de dez mil euros (10.000€), renda de canal, e cerca de dez mil (10.000€) também da renda de imóveis, mais os seguros.-----

O que é que nós propomos? Ou melhor, eu quero dizer-vos o que é que eu vou propor ao Ministro: eles, então, propõem que por cada fatura que nós lhes enviemos, que foi feita a limpeza e foi feita a manutenção do património da IP, eles enviam-nos uma contra-fatura a dizer que foi feito aquele serviço, que seria o deles. Então, a grande diferença é que em vez de termos o pagamento em numerário, é feito em espécie. E aí, o Município não tem que pagar à IP – e a IP já nunca pagava, estava feito.-----

Mas, eu gostaria de ir mais além, e já propus isto aos Srs. Presidentes de Câmara do Douro Superior, e vamos ter a reunião no dia 18 com o Sr. Ministro, e eu vou levar-lhe isto, uma proposta, e que, provavelmente, se ele a aceitar, trarei cá novamente, mas para o ano; para este ano, tem que ser esta que aqui está plasmada a vigorar. Será o seguinte: houve muitos proprietários que foram expropriados e mal pagos, e outros, se calhar, nem foram pagos, para a construção da linha de caminho de ferro do Sabor. E portanto, as expropriações, legalmente, têm um fim, e o fim era o comboio circular na linha. A partir do momento em que o fim não é possível, ou que deixou de estar afeto, não deve ser possível que uma instituição que é pública cobre dinheiro aos Municípios onde está instalada uma coisa que eles abandonaram, porque juridicamente, o que a IP diz é que o que é público não pode ser, de nenhuma forma, entregue gratuitamente. Mas, o que eu entendo é que o Sr. Ministro – aqui tem que ser a tutela – o que deve dizer é o seguinte: “Sim, senhor, se houver reposição, os concessionários têm que entregar, livre e impoluto, quer os imóveis, quer o canal.” Mas, não há pagamentos. Isso é que deveria ser assim. O que está aqui proposto é uma coisa diferente: para não haver pagamentos, emite-se uma requisição do Município no mesmo valor da renda. Ou seja, é o pagamento em espécie.

Redu
M.
M.

Nós já tínhamos aprovado isto, se bem se recordam; a alteração que houve agora foi para o pagamento em espécie. E é isso que vos propomos agora para aprovação, de forma a que se leve já o que está proposto pela IP ao Sr. Ministro, para ter conhecimento.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** É uma intervenção rápida. Isto também pode servir como aniversário da inexistência de comboio, há quarenta anos que não temos comboio. Quando se fala das alterações climáticas, que já hoje se referiu aqui por causa do gás, a nível de mobilidade, a grande aposta é na ferrovia, é o que o mundo todo está a fazer por causa das alterações climáticas.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, nada? Alguém que queira intervir? Não?-----

Então, iremos passar à votação do Ponto n.º 7, IP Património – Concessão. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções dos deputados (*José Aires e Sílvio Carvalho*) **“tomar conhecimento e aprovar os contratos de subconcessão enviados pela IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 8 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABILITAÇÃO.

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Srs. Deputados, esta é a proposta que temos a honra de vos apresentar. Não seria eu a apresentá-la, seria a Sra. Vereadora, mas por motivos pessoais, não pode estar presente – e aproveito também para dizer que o Sr. Vice-presidente teve que ficar a representar o Município ali na praça.-----

A empresa que elaborou este relatório e este estudo está aqui presente. Se houver alguma necessidade de ela entrar, ela está ali para qualquer dúvida que haja. Mas, eu penso que conseguirei dizer-vos o que é que é esta Estratégia Local de Habitação.-----

O Governo lançou uma medida que é o “Primeiro Direito”. O “Primeiro Direito” é o primeiro direito à habitação, é também fazer um estudo sobre os agregados a viverem em condição de insalubridade e insegurança, com casa própria permanente, e aqueles que não têm casa própria. E no fundo, sem este estudo, nós não podemos candidatar-nos a esse “Primeiro Direito”.-----

O que é que se propõe? Há uma verba na candidatura de cerca de seis milhões e meio de euros (6.500.000€). O que nós fizemos aqui – ou que essa empresa fez, juntamente com o nosso Gabinete Social, superintendido pela Sra. Vereadora – foi vermos quantas famílias tinham necessidade de integrar este “Primeiro Direito”, e temos cento e seis famílias. Não é nada de bom para o concelho; bastava que uma vivesse em condições indignas, já não era bom, mas nós temos cento e seis. E temos cento e seis, que se dividem por estas necessidades: oito para T1, cinquenta e sete para T2, vinte e sete para T3, catorze para T4, no total das cento e seis famílias. Dessas, resultou que grande parte é por insalubridade e insegurança. -----

E o que nós vos propomos, temos um cronograma na pág. 74, e nesse cronograma temos que trazer à Assembleia Municipal, como hoje fizemos, este estudo que é a Estratégia Local de Habitação, que será em 2019, e o envio do documento para o IHRU – isto no ano de 2019. Em 2020, haveria a criação de estrutura – o Gabinete de Apoio – a resolução dos problemas prioritários, a celebração de protocolos com as entidades parceiras, nomeadamente a Segurança Social, a elaboração de projetos para candidaturas de iniciativa municipal, e depois, em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, gestão e apoio dos processos de realojamento, monitorização e avaliação de implementação desta Estratégia Local de Habitação.-----

Este é o documento chave para intervirmos, se bem que, aqui, aqueles que têm casa própria permanente, mas que não têm condições de, por eles próprios, fazerem estas alterações, podem candidatar-se, mas com a iniciativa a ser dependente do proprietário. Os que têm casa própria permanente, a iniciativa tem de ser do proprietário. Os que não têm casa própria, pode ser iniciativa da Câmara Municipal. A ideia aqui é que o Gabinete que vamos criar faça as duas coisas, porque nós sabemos que quem não tem capacidade, e está a viver numa situação de insalubridade, é porque não tem capacidade de se governar a ela própria, porque não tem meios financeiros, muitas vezes por problemas de saúde, outras vezes pela idade avançada e a solidão.-----

Portanto, é este documento que vos é apresentado que vai delinear, até 2024, a possibilidade de resolução destes casos que no concelho foram detetados, de cento e seis pessoas. Irão ver mais à frente que há outros complementos, nomeadamente aqui em termos de reorganização e apoios à habitação, mas para já é o estudo que vos deixo, e que nos vai permitir fazer a

h
Pedro
Ag



candidatura, e se tudo correr bem, até 2024 debelarmos esses problemas, e prevenir que não apareçam mais.-----

Obrigado.-----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Então, passamos à votação deste ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções dos deputados (*José Aires e Sílvio Carvalho*) **aprovar a “proposta de estudo para implementação da Estratégia Local de Habitação”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 9 – REGULAMENTO DE APOIO HABITACIONAL A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. -----

-----Inscreveram-se para intervir os deputados **Fausto Tiago (PS)** e **António Martins (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Este regulamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vem complementar o que foi o anterior, e que visa também integrar esta estratégia. Nós sabemos que hoje há pessoas que vivem – aliás, na última reunião, penso que foi o Sr. Deputado Fausto Tiago que nos deu conta de uma situação grave na União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, e foi enviada a equipa social, para verificar, efetivamente, e estamos a ver como é que vamos resolver a situação.-----

O que é que temos, nomeadamente com a nova Lei das Finanças Locais? É impossível este apoio se não for regulamentado. Mas, às vezes, o que é que acontece? Às vezes falta uma pequena casa de banho, falta às vezes uma parede que possa, de alguma forma, ser feita para não entrar água, meia dúzia de coisas, e resolvemos o problema de uma família carenciada. Claro que tem que haver critérios, a Segurança Social tem que estar, neste caso, a implementar esta estratégia connosco, mas a ideia é que o Município, depois de vir da Segurança Social, depois de vir da Coordenação do CLAS, depois de vir da prevenção que a própria GNR nos faz, sobre idosos muitas vezes com precariedade de habitação, possamos intervir de várias formas: ou fornecendo material, se as pessoas conseguirem fazer por elas próprias, fornecer um apoio

técnico também, ou então nós próprios, até um determinado montante, podermos adjudicar diretamente para isso ser feito. Não há muito tempo, havia vários programas, nomeadamente o Solar, que permitiam isso. Acabaram com eles, e os Municípios têm que, de uma vez por todas, enfrentar esta realidade. Não há programas, tem que sair do Orçamento. Se for com menos tem que ser a nível social, que é verdadeiramente o que nós necessitamos.-----

Este apoio pode ir desde a reparação e/ou construção de instalações sanitárias, substituição e/ou execução de redes de abastecimento de água, saneamento e eletricidade, incluindo ligação às respetivas redes públicas, reabilitação e/ou reconstrução de coberturas, paredes e pavimentos em estado de ruína, adaptação de habitações para pessoas com necessidades especiais, reabilitação e substituição de vãos exteriores e interiores, portas e janelas, e a melhoria das condições de segurança e de salubridade. A ideia será isentar também essas pessoas do pagamento das taxas e processos de obras, isentar o pagamento de processo de ligação domiciliária da água, incluindo a ligação do contador quanto à melhoria habitacional, a isenção do pagamento de taxas de pedido de ligação de saneamento – ou seja, são pequenas coisas.-----

O montante máximo a atribuir a cada munícipe ou agregado familiar será três mil (3.000€) para aquisição exclusiva de material de construção e equipamento, aquisição exclusiva de serviços de mão de obra, até três mil e quinhentos (3.500€), e a aquisição de material de construção, equipamento e mão de obra, até cinco mil (5.000€). O que isto vai permitir é que situações imediatas, que muitas vezes sabemos que existem, mas que não temos como resolver, possam ser resolvidas através dos critérios que aí estão. A construção / reconstrução de muros não é possível, a construção / reconstrução de anexos e/ou garagens não é possível, e a construção / reconstrução de palheiros e/ou currais também não é possível.-----

O agregado familiar cujo rendimento per capita seja igual ou inferior a sessenta por cento (60%) do IAS pode concorrer. Ou seja, tem aqui uma regra e uma malha também muito apertada para verdadeiramente solucionarmos questões de carência, e não estarmos aqui de alguma forma a subsidiar obras.-----

Portanto, é o que o Executivo entende que seria neste momento o mais útil, para aqueles que não podem esperar até 2024 poderem ter esta possibilidade de terem obras em casa, e terem material para poderem fazer as obras que não conseguem custear.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Fausto, faça favor.-----

h.
Peredo



----- **O Deputado Fausto Tiago:** Ora, relativamente a este caso, no Peredo, penso que são dois casos, um mais profundo – de facto, esse é urgentíssimo – o outro é mais ligeiro. O outro é mais profundo, e o Sr. Presidente já conhece o caso.-----

Já que estamos a falar nesta questão da habitação, o Sr. Presidente também já o disse uma vez aqui, herdou, de facto, um problema grave nesta questão do alojamento, que é o caso da “Cadeia”. Da outra vez, o Sr. Presidente falou numa solução um bocado complicada, que estava a ser estudada por Coimbra, num caso semelhante a este. O que é que o Sr. Presidente está a pensar? Aquilo não é fácil de resolver, nem estou aqui a advogar que aquilo se resolve facilmente. É um bocado complicado, mas tem que haver uma solução qualquer, Sr. Presidente, ou por intermédio da Câmara, ou da Segurança Social, tem que haver uma solução para aquilo. Eu penso que é impossível nós não termos um rebate de consciência, acabarmos o mandato e irmos todos para casa descansados. Eu acho que, de facto, é uma urgência resolver a questão. Eu penso, e penso que todos, com algumas variantes, serão da mesma opinião.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Martins.-----

----- **O Deputado António Martins:** Bom dia a todos.-----

Eu só queria colocar uma questão ao Sr. Presidente. Não sei se eu estive distraído, mas este regulamento entra imediatamente em vigor?-----

Obrigado, é só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguém se quer pronunciar? Faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito rápido, para responder às duas situações. Uma trata-se, a outra tem que se ir tratando, e também começar já, de imediato. Aliás, na pág. 74 do ponto anterior, diz assim: *“Providenciar soluções habitacionais previstas para os agregados familiares que residem na “Cadeia”, e cuja prioridade é máxima. Pretende-se a reabilitação e aquisição, seguida da reabilitação de habitações que possam ser solução habitacional para estes agregados familiares.”* E depois, há a reabilitação do Bairro da Fonte de Carvalho, e uma série de coisas. Nós temos previsto em Orçamento a aquisição de um bairro. Isso foi reprovado, devia chegar-se a um acordo, que é um bairro que está degradado, está devoluto, mas que existe em Moncorvo, que é o Bairro Adriano Leandro. E essa é a primeira prioridade, é tentarmos adquiri-lo na totalidade, são oito casas, e vamos fazer a reabilitação. O que nós não queremos é colocar todas as famílias que saem da “Cadeia” no mesmo sítio, senão passado um tempo já está tudo igual. Portanto, essa é a urgência máxima.-----

Neste programa – estou a andar um ponto para trás – permite uma coisa, que é: um agregado que tenha até mil e setecentos euros (1.700€) pode, ele próprio, propor-se a adquirir uma casa. E o IHRU, se hoje aprovarmos esta Estratégia Local de Habitação, o próprio IHRU – não é a totalidade, mas quase a totalidade – é que nos vai fazer isso, em termos habitacionais. Por isso, temos também a decorrer uma candidatura que tem a ver com outros tipos cultura, que tem a ver com o comportamento habitacional, e isto tem que estar tudo interligado. Por isso, quando falei em Coimbra, foi porque eles já tinham um projeto-piloto para, antes de ser dada uma casa, eles têm um processo de aprendizagem para irem para essa casa. Não é isto que está em questão aqui, mas a prioridade do que aprovámos é, efetivamente, resolver o problema da “Cadeia” de uma vez por todas, e de uma forma pensada. Nestas cento e seis famílias, obviamente que estão lá também as nove ou dez que estão na “Cadeia”.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar a “Proposta de Regulamento de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecidos”.**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 10 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.

-----Não houve inscrições neste ponto.

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra novamente o Sr. Presidente da Câmara.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Nós temos um regulamento, como vocês sabem, de atribuição de benefícios fiscais para os residentes em Torre de Moncorvo, e para as empresas, que vai desde o IMI ao IRC, à Derrama e ao IMT. Concretamente, sempre foi interesse deste Município – pelo menos do Executivo, e tenho a certeza que de todos – que a Lei que permitiu a candidatura e a construção dos PARU’s, dos PAMUS e dos PEDU’s para as cidades, em que há uma série de incentivos para poderem, nas zonas históricas, não pagarem, o IVA ser reduzido, uma série de iniciativas, alargar esta parte também às freguesias. Sempre dissemos aqui, e sempre tentámos construir esta parte de forma legal. O que é verdade é que nós temos um regulamento, que nos foi entregue, está aqui um regulamento, e temos depois uma adenda. No

M.
Pedro



regulamento, não mexemos em nada; o que fizemos foi só uma adenda. E por quê? Muito simples: as isenções fiscais, como vocês sabem, iam sempre à Assembleia de setembro – toda a gente se recorda disto, iam à Assembleia de setembro, porque tinham que ser entregues a 30 de novembro na Autoridade Tributária. Entretanto, sai um despacho a dizer o seguinte – isto é tão simples que eu acho que em duas palavras conseguem perceber o que eu estou a dizer – uma coisa simples, a dizer: “É prolongado até 31 de dezembro, desde que seja comunicado à Autoridade Tributária as isenções específicas nestes temas” – Derrama, IMI, IMT e IRC. Quem não tiver especificamente, conta como sendo contribuinte, obviamente. Ou seja, fizeram ao contrário.-----

Nós submetemos à Autoridade Tributária, e foi aceite, até 30 de novembro; não foi aceite na premissa do regulamento geral que tínhamos, e que, portanto, eu penso que não vão mexer. Mas, com a redação deste Decreto-lei, que vai até 31 de dezembro, que diz um regulamento específico para estes quatro, achámos por bem trazer à Assembleia Municipal e à Câmara, obviamente, um regulamento específico – não é um regulamento, é uma adenda, são nove artigos – a dizer: atenção, se alguém disser o seguinte: “Vocês têm um regulamento geral, não têm para estes quatro específicos”, já temos, e ficamos. É só para estarmos acautelados.-----

Isto vai permitir o quê? Vai permitir – e eu podia ter falado disto das duas formas – que naquelas atribuições que a Câmara vai ter, ou pode vir a ter, consigamos para as freguesias o mesmo estatuto que conseguimos para os centros históricos, mas tem que ser depois cada uma das Juntas a dizer onde é que quer intervir – nomeadamente se for no centro, limitar uma circunferência e dizer que a nossa intervenção histórica, cultural, patrimonial, o que quiserem, é neste centro. Foi o que nós fizemos, nós temos aqui as divisões entre os bairros que eram os mais degradados, e depois a zona de expansão. Mas, em termos de isenções, só o centro histórico é que tem. Nós vamos propor, se isto for aprovado como deve ser, é trazeremos uma revisão mais profunda, onde esteja incluída a isenção fiscal – estou a falar de fiscal, atenção – nos mesmos termos que as sedes de concelho têm. Se conseguirmos fazer isto, e conseguir aprovar essa proposta, será trazida aqui, obviamente, mas nos mesmos termos.-----

E também outra coisa, para além das isenções fiscais, que é a não necessidade de cumprir algumas regras do RGEU, nomeadamente o que é estabelecido em termos de altura – porque se não tiver uma determinada altura, não é aprovado o projeto – não ter que ter os painéis solares se não for necessário – porque, se calhar, descaracteriza. A ideia é ser um regulamento exatamente igual ao dos centros históricos das sedes de concelho. Nós estamos a trabalhar nisso, e eu penso que com o que acabámos de aprovar, no apoio aos estratos sociais, bem como a este regulamento, que esse poderá ser o nosso novo passo. Obviamente, Srs. Presidentes de Junta, este é mais para vocês, vão ter o problema de identificar, e convosco e com os nossos

serviços, um trabalho que temos que ir fazendo, porque nós pretendíamos, até junho, estar já a fazer essa proposta à Autoridade Tributária.-----

Muito obrigado.-----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade aprovar a “Proposta de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Torre de Moncorvo”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 11 – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE URROS PEREDO DOS CASTELHANOS.

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente, eu aqui, sou-lhe muito sincero, costuma discutir este assunto e o próximo, não porque me queira furtar ao debate, nada disso, mas porque foi uma negociação entre o Executivo e os Srs. Presidentes de Junta que levou a estas propostas. Faço um pequeno parêntesis quanto à União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, que como sabem, aceitou as competências, não vem discriminado nos contratos interadministrativos porque é por alínea fixada no Diário da República, e portanto, foi o montante que vai sair do Orçamento Municipal para já, porque ainda não há qualquer montante de transferência do Orçamento de Estado – até porque ainda não temos Orçamento de Estado; aí também não vou dizer que a culpa é do Governo, ou de quem seja, não há Orçamento de Estado. E a DGAL também ainda não transferiu, porque o Governo ainda não ultimou o documento que trouxemos à Assembleia, e o que diz é: “A anunciar brevemente”. Enquanto não anuncia, não vamos ficar parados.-----

E portanto, as verbas foram negociadas, uma a uma, com cada um dos Srs. Presidentes de Junta, e portanto, se eles quiserem falar, podem falar, eu não tenho mais do que isto, só para

Lu
Pedro Ay

dizer que foi mediante o que cada um dos Srs. Presidentes entendeu – e a disponibilidade da Câmara, obviamente.-----

Dizer-vos uma coisa: eu sempre entendi que neste tipo de orçamentos, e neste tipo de apoios, devia ser a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, juntamente com a Câmara Municipal. Mas, este foi sempre o meu entendimento, porque não entendo a legitimidade da Câmara para interferir no Orçamento da Junta de Freguesia, porque eles é que conhecem melhor do que eu, e limitei-me, única e simplesmente, a sentar-me com os Srs. Presidentes de Junta, como faço sempre, para verter estes valores no Orçamento da Câmara Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, apreciou e **deliberou por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (do deputado *Silvio Carvalho*) **aprovar a “Proposta de Transferência de Recursos para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 12 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.-----

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, mantenho o mesmo que disse.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, agora aqui é relativamente às transferências de competências.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Se me permite, só para dar uma sugestão. Este ano, fizemos algo diferente, e todos os Srs. Deputados podem ter acesso à documentação que cada um dos Srs. Presidentes de Junta teve. E o critério foi este: quatro mil euros (4.000€) por sede de freguesia, as Uniões de Freguesias contámos como duas, e são oito mil (8.000€). Número de eleitores, para cada um foi atribuído o montante de vinte euros (20€) – portanto, multiplicámos

Lh. Pedro

pelo número de eleitores – mais o que já tinham, que eram os acordos de propostas, quanto às bermas, a crescer a esse. Basicamente, foi este o critério que foi estabelecido para todas as Juntas de Freguesia.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade autorizar “a Câmara Municipal a celebrar os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido no mapa financeiro anexo à minuta”.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 13 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2020 – ORÇAMENTO DA RECEITA, ORÇAMENTO DA DESPESA, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E MAPA DE PESSOAL.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.-----

Antes de vos trazer este Orçamento, como é óbvio, há sempre o Anuário dos Municípios Portugueses. E eu não estaria bem consigo, obviamente, se não vos trouxesse o nosso funcionamento desde 2014 até ao momento, para verem onde é que nos encontrávamos em 2014, em 2015, em 2016 e em 2017. Isto para vos dizer que foi sempre uma linha descendente nas dívidas que tínhamos, e nas dívidas a pagar, sendo que no ano de 2018, dos quinze milhões (15.000.000€) em que estivemos – e depois, tivemos ali um período de cerca de vinte e dois milhões (22.000.000€), aqui no ano de 2012 para 2013 – estamos abaixo dos dez milhões (10.000.000€). Por isso, permitimo-nos hoje algo que deveríamos ter feito se tivéssemos condições, que eram todos estes regulamentos de apoio.-----

Os documentos que hoje vos apresentamos, para além dos acordos com as Juntas de Freguesia, que lhes vão dar mais autonomia, porque vão receber o dinheiro que aqui está previsto no ano em que o vão executar, em quatro tranches por ano, permite também outros índices que nos

Pedro



importam bastante, nomeadamente a coesão social, nomeadamente o setor educativo, e a regeneração urbana. É nestes três pontos, para além dos outros que temos aqui – o ambiental e a saúde, que são extremamente importantes, mas eu quero focar-me naqueles três. Por quê? Porque a coesão social permite que haja um Município onde todos estejamos numa paridade, e essa é a responsabilidade de qualquer órgão de gestão; o educativo, porque vamos ter finalmente requalificada a Escola Dr. Ramiro Salgado, que dê condições, quer ao pessoal docente, quer ao pessoal não docente, alunos e funcionários; e a regeneração urbana, como vos disse, através do PARU, do PAMUS, do “Mais Acesso”, e a tentativa que vamos fazer de levar para as freguesias o que foi o PARU na sede do concelho. Para vos dizer que, nessa fase, na sede do concelho, temos o Largo da Corredoura e o Largo da Ferraria, que vai ser todo alterado – ou requalificado, melhor dizendo – porque não vamos apostar em novas construções, mas sim em requalificações. E é aqui que entra o Bairro Adriano Leandro. Só há uma casa habitada no Bairro Adriano Leandro, todas as outras estão desabitadas. A ideia será adquirir as casas e reabilitá-las, para dessa forma conseguirmos injetar no mercado casas para arrendamento a custo baixo, e também a pessoas com dificuldades. Passará também por aí, uma ou duas para famílias da “Cadeia”.

Continuaremos com as nossas apostas – e vocês, obviamente, perguntar-me-ão algumas coisas. Este Orçamento foi aprovado com três votos a favor, uma abstenção, e um voto contra. O voto contra teve a ver, exatamente, com o que hoje já foi dito aqui, que continuamos a fazer festas e festinhas. O problema é que no dia a seguir a esta declaração de voto, o Vogal da CCDR que foi convidado a inaugurar o monumento dos combatentes, veio dizer uma coisa tão simples: Torre de Moncorvo é o sexto Município que melhor consegue executar e aproveitar os fundos europeus, nos oitenta e seis do norte – estamos a falar dos oitenta e seis do norte. A média são duzentos euros (200€) por pessoa; nós estamos nos setecentos (700€). E eu espero continuar a ter assim, nomeadamente temos em projetos qualquer coisa como cinco milhões de euros (5.000.000€).

Mas, dar-vos também conta de algumas coisas que são importantes para saberem. Há, efetivamente, aqui no Orçamento um crescimento, que vem aqui dito, de cerca de três milhões e duzentos mil euros (3.200.000€), crescimento exponencial dos montantes constantes em rubricas previstas na aquisição e outros bens de capital – eu estou a ler a declaração de voto que foi feita pelo Sr. Vereador, nesta questão, não para criticar, mas para vos dizer e para explicar o que expliquei também lá. Os três milhões e duzentos mil (3.200.000€) têm uma forma fácil de explicar. Se repararem, nas despesas de capital – estamos a falar de despesas de capital – há um aumento de setecentos e quarenta e oito mil euros (748.000€), e isto é simples de explicar: dos três milhões e duzentos mil (3.200.000€), três milhões (3.000.000€) são os que estão afetos à escola. Os setecentos e quarenta e oito mil (748.000€) que há de aumento, nos três milhões e

duzentos mil (3.200.000€) – três milhões e duzentos mil (3.200.000€) é no Plano Plurianual – os setecentos e quarenta e oito mil (748.000€) que há em termos de despesa de capital têm a ver com um simples facto: é que devíamos ter executado no ano passado, na escola, este valor, e vai passar para o ano de 2020. Portanto, aí há um aumento de setecentos e quarenta e oito mil, e quarenta euros (748.040€).-----

Depois, nas transferências de capital, nos ativos financeiros, nos passivos, há em tudo diminuições – no primeiro, trezentos e vinte e três mil (323.000€), no segundo, quarenta e quatro mil (44.000€), e no terceiro que falei, de passivos financeiros, vinte e três mil e oitocentos (23.800€). A aquisição de bens e serviços, que toda a gente critica que há muita aquisição de bens e serviços, pois nós temos uma redução de trinta mil euros (30.000€). E temos uma redução, que vamos pagando – da última vez disse isto aqui, que acabámos de pagar o terminal e o parque de estacionamento, e isso também já dá mais algum folgo, e só em juros são cinquenta mil euros (50.000€), que vamos aqui praticamente poupar.-----

Bom, o que eu vos digo é que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, estas sim, ao contrário da prestação de contas, são um documento iminentemente político, suportado em números que são dados pelos técnicos, e elaborados pelos técnicos. Mas, é um documento político, este sim. A prestação de contas, não, porque o que vem é dos ROC's e dos TOC's, e eu apresento aqui o que eles apresentam em termos de resultados. Este, não; este é político, este pode e deve ser discutido, porque aqui estamos a falar de grandes opções. E quais foram as grandes opções? Três milhões (3.000.000€) para a escola – esta é a verdade – foram, em termos de urbanizações, o Programa “Primeiro Direito” e “Mais Acesso”, o protocolo com a Águas do Norte para reposições de linhas a jusante de Torre de Moncorvo, para não perdermos água – porque muita dela, como vocês sabem, e muitas vezes disse isto aqui, quando há grandes chuvadas, entra e sai, e não é tratada, este é também um plano que nós temos – as beneficiações, manutenção e conservação de parques, nomeadamente o Parque Verde, a área de acolhimento da Junqueira e o aproveitamento hidrográfico em Maçores, Urros e Peredo dos Castelhanos. É aqui no PPI que estão as grandes imputações de verbas. Agora, a justificação para o Orçamento ser maior, em cerca de seiscentos mil euros (600.000€) não tem a ver com outra coisa que não seja o que íamos fazer em cinco anos, e que estava protocolado com o Ministério da Educação, ter de ser feito mesmo em dois anos. -----

Sr. Presidente da Assembleia, aqui dirijo-me ao Sr. Presidente, enquanto Diretor também da escola: é obrigatório até 31 de outubro, ou 31 de dezembro de 2021, o mais tardar, termos a escola pronta. Portanto, é aqui que está este grande bolo no Orçamento.-----

Segunda linha que vos quero deixar, para terem conhecimento: não há neste Orçamento grandes modificações; o que há é um compromisso deste Executivo, que naqueles projetos que estão todos contratados, e que chegam aos nove milhões de euros (9.000.000€) – cerca de nove

Reclus
Dy



milhões (9.000.000€), quatro (4.000.000€) a decorrer, e cinco (5.000.000€) até 2021 – que vão ser executados. Esse é o nosso compromisso. Portanto, é neste bolo que o Orçamento assenta, basicamente no que temos em termos de candidaturas aprovadas e contratadas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente às obras da escola, esperamos que elas decorram de uma maneira rápida, e que não tenhamos alguns problemas que aconteceram aqui próximo, concretamente em Carrazeda, que os transtornos são enormes.-----

Vamos, então, abrir a discussão do Ponto n.º 13. -----

Sr. Deputado, faça favor. -----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Antes de mais, vão perdoar-me, mas falarei de outra coisa. Em Lisboa, acaba de ser atribuído o Prémio Pessoa a um homem de Peredo dos Castelhanos. Eu acho que aqui podemos fazer um interregno para lhe mandar um voto de congratulação e de louvor, ao Tiago Rodrigues, diretor artístico do Teatro Nacional D.Maria II.---

-----**O Presidente de Mesa:** É bom saber, estou a saber agora, e penso que tínhamos há pouco dado um voto de pesar pela morte do pai, e coincidência, na mesma Assembleia dar um voto de louvor e de reconhecimento, agora ao filho, pelo prémio que acaba de receber. Penso que a Assembleia será unânime neste reconhecimento. Penso que está toda a gente de acordo.-----
Faça favor, Sr. Deputado.-----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Acerca deste assunto, Sr. Presidente, não ficaria bem com a minha consciência se não lhe fizesse três perguntas – que, aliás, já fiz ao Eng.º Aires Ferreira, no tempo em que aqui estava, não sei se se lembra.-----
E as três perguntas são estas: primeiro, quando é que está previsto acabar com o amianto na rede de águas do Larinho? Segundo, quando é que está previsto fazer uma rede de águas no Larinho, para os esgotos, e outra para as águas pluviais – que estão agora a correr pelos mesmos canos, e isso é contra todas as leis? Terceiro, há dois pontos onde os esgotos do Larinho correm a céu aberto, um ali junto a Santa Luzia, e outro lá em baixo, ao fundo dos Lameiros; para quando está previsto solucionar esses três problemas? Penso que qualquer deles exige a elaboração de um projeto; não sei se já foi feito o projeto, ou os respetivos projetos. -----
Agradeço respostas claras e concretas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo, faça favor.-----

----- **O Deputado João Leonardo:** Ora, relativamente ao Orçamento, nota-se um acréscimo relativamente a 2019, justificado pela requalificação de ETAR's, pela requalificação da Escola Básica e Secundária, e o aumento do apoio social.-----

Destaca-se o elevado esforço do Município, com investimento a rondar os cinco milhões de euros (5.000.000€) em obras em curso, e a aposta em projetos futuros, como a área de acolhimento empresarial da Junqueira e a requalificação do Largo da Corredoura, e como é óbvio, a coesão social.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Srs. Deputados. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.-----

Sr. Deputado, o Sr. Presidente da Junta falou hoje com o Sr. Vice-presidente sobre esse assunto, mas eu responderei desta forma: este vai ser um ano de mudanças. O ano de 2020 vai ser verdadeiramente um ano de mudanças. E os investimentos contratualizados pela ADIN – Águas do Interior Norte, que a partir de 1 de janeiro terá o saneamento e a água, são de trinta e um milhões de euros (31.000.000€) para reposição de todos os ramais, de todas as infraestruturas que estejam danificadas – como foi agora o caso levantado do Larinho. Portanto, eu espero que em 2020 se iniciem, porque a Câmara é um sócio da ADIN, só há capitais públicos. E portanto, tudo isso está previsto nesta nova orgânica, digamos assim, de só os Municípios agregados se poderem candidatar e contratualizar verbas europeias nas águas e no saneamento. Obviamente que isso está previsto, está previsto para todos os concelhos, e eu espero que a breve trecho – e serei sempre um defensor, enquanto aqui estiver – que o Concelho de Moncorvo seja um dos beneficiados, dizendo já que nos trinta e um milhões de euros (31.000.000€), o Concelho de Moncorvo já é beneficiado no que é necessário fazer, nomeadamente em termos de água. Isto é, água e saneamento, o próprio Orçamento aqui o que faz é transferir, à partida, a verba para a Águas do Interior Norte, que será a entidade gestora a partir de 1 de janeiro, das águas e do saneamento do concelho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Então, iremos passar à votação do Ponto n.º 13, Documentos Previsionais para o ano 2020 - Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal. Vamos começar por votar o Orçamento da Receita. -

Pedro 1h

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor, 1 voto contra (do deputado José Aires) e **4 abstenções** (dos deputados Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2020 - Orçamento da Receita”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora, Orçamento de Despesa. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor, 1 voto contra (do deputado José Aires) e **4 abstenções** (dos deputados Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2020 - Orçamento da Despesa”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Plano Plurianual de Investimentos. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor, 1 voto contra (do deputado José Aires) e 4 abstenções (dos deputados Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2020 – Plano Plurianual de Investimentos”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Plano de Atividades Municipais. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor e 5 abstenções (dos deputados José Aires, Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2020 – Plano de Atividades Municipais”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Mapa de Pessoal. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor e 5 abstenções (dos deputados José Aires, Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2020 – Mapa de Pessoal”**. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Eu estou a seguir pela ordem de trabalhos. Então, vamos votar o organograma e regulamento de organização de serviços municipais. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor e 5 abstenções (dos deputados José Aires, Sílvio Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e Maria de Lurdes Reis) **aprovar o “Organograma”**. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que, agora sim, está concluído, então, o Ponto n.º 13.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, ainda em relação a este ponto, posso ter a palavra?-----

Eu sei que foi tudo dentro do enquadramento que o Regimento dá para entrega da documentação, mas eu fazia outra vez – já é a segunda vez que faço este repto ao Executivo, para partilhar, mesmo que não seja a documentação total, mas quando é o Orçamento, a partilhar pelo menos online esta documentação, para termos mais tempo para leitura, que é muito difícil conseguir analisar toda esta documentação em tão pouco espaço de tempo. Não sei se é possível, o Orçamento, penso que já está terminado há mais de setenta e duas horas; quando estiver aprovado, ser-nos facultada a possibilidade de o consultar online, para termos mais tempo para análise.-----

É só esse repto que deixo mais uma vez, sublinhando que sobre o Regimento, está tudo bem. Mas, é um favor que nos fariam.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Pronto, isto aqui é um problema logístico, as reuniões de Câmara, depois a Assembleia, os prazos, é um pouco apertado, mas vai-se tentar melhorar, logicamente, esse aspeto.-----

Faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, nós não vemos mal nisso, mas regimentalmente deve dirigir esse pedido ao Sr. Presidente da Assembleia, porque a partir do dia 31 de outubro, nós entregamos obrigatoriamente à Assembleia Municipal. Não tem caráter ainda público, mas é obrigatoriamente até 31 de outubro entregue à Assembleia Municipal, deixa de estar no Executivo.-----

1h.
Pedro

----- **O Deputado Luís João Dias:** Então, corrijo, não é ao Executivo, mas sim à Mesa, para, por favor, enviarem esta parte da documentação mais cedo.-----
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, da minha parte, tem que me lembrar para eu enviar isso a toda a gente. A minha cabeça já não é o que era, perdoem-me este aparte. -----
É assim, agora falando mais a sério, logicamente que há coisas que passam. É um facto que me foi facultada a documentação, mas lamentavelmente não a enviei. Espero no próximo ano – e peço também que a Lúcia me avise, para enviar a todos os Srs. Deputados.-----

----- **O Deputado Luís João Dias:** É só nesta questão do Orçamento, que é um documento mais complicado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** E o resto, Sr. Deputado. Estamos na era da informação, quanto mais rápido circular, melhor.-----

PONTO 14 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – 2020. -----

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, tal como vem todos os anos, é um pedido para haver aqui um empréstimo de curto prazo, que é de 1 de janeiro a 31 de dezembro, com necessidades de acautelar, por vezes, situações – como podem ver no que vos trouxemos agora, não há qualquer dívida a curto prazo, não houve necessidade, já está completamente liquidado, mas é sempre um conforto que o Executivo tem. E por isso, reduziu dos setecentos e cinquenta mil (750.000€) que vinha para os quinhentos mil (500.000€) desde 2013, e mantém essa perspetiva.-----

Dizer-vos também que foi a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo que ganhou, com uma taxa de juro a zero vírgula trinta e cinco (0,35%). Concorreram o BPI, Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco – concorreram todas as instituições que existem no concelho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da disposição da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, autorizar a “contratação de empréstimo a curto prazo, para vigorar durante a vigência do orçamento para 2020, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, até ao montante de 500.000,00€ em regime de conta-corrente, com a taxa de juro fixa de 0,35% a 12 meses, com pagamento de juros postecipadamente em prestações trimestrais e aprovar as cláusulas contratuais”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 15 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DE EMPREITADAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE BENS. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade (PS)**.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:-----

A questão aqui é exatamente a mesma que no Ponto n.º 16 votámos para as escolas. Todas as empreitadas que estão contratualizadas em termos de candidaturas com fundos europeus e os serviços contínuos – nos serviços contínuos, o que é que temos? Transportes escolares e as cantinas escolares, todas essas, como sabem, iniciam-se em 2019, passam para 2020, e de 2020 passam para 2021. O que tem que vir à Assembleia é esta repartição de encargos, porque não podemos chegar ao dia 30, e agora não fazemos mais. Agora, vamos fazer um para dia 1 de janeiro, e não conseguimos pagar. Todas elas, é exatamente o que fizemos no Ponto n.º 16.-

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, discutir o assunto. Sr. Deputado António Júlio, faça favor.-----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Eu não tive tempo para ler estas coisas todas, e não sei o que é que está escrito, mas queria fazer uma pergunta muito simples: os alunos ainda pagam alguma coisa pelo passe escolar, ou já é integralmente de graça? Ainda não? É que uma vez fiz aqui a proposta, e foi chumbada pelos meus caros amigos.-----

h.
Edna



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Se me permite, Sr. Presidente, só um pequeno esclarecimento: como o Sr. Vice-presidente, que é quem tem o pelouro, estava a dizer, já vêm de há muito tempo os passes escolares. O que nós fazemos é ir além. É que o Governo colocou, como sabem, que o ensino obrigatório não é só até ao nono ano; é até ao décimo segundo. Mas, o que é enviado do Ministério da Educação para o Município é só até ao nono. O que a Câmara fez foi estender do Orçamento Municipal até ao décimo segundo. Mas, isso é do Orçamento Municipal. Até ao nono, participado pelo Ministério da Educação; daí para a frente, somos nós, porque não tem lógica nenhuma porem o ensino obrigatório até ao décimo segundo, e depois só até ao nono é que tinham os passes. Portanto, é integralmente gratuito até ao décimo segundo ano.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções, do Ponto n.º 15. Não há inscrições? Então, não havendo inscrições, tem que haver votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, **deliberou por unanimidade autorizar e aprovar a “Repartição de Encargos do Ano de 2019/2020 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 16 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. RAMIRO SALGADO. -----

----- **O Presidente de Mesa:** O ponto 16 foi discutido e votado aquando da discussão e votação do ponto nº 2, tendo tido a seguinte deliberação:-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, **deliberou por unanimidade, autorizar a “Repartição de Encargos do Ano de 2020/2021 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 17 – ACORDO DE ESTABELECIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E DE COMPENSAÇÃO POR SERVIÇO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A EMPRESA ANTÓNIO AUGUSTO SANTOS, LDA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Como muito bem o Sr. Deputado António Júlio perguntou, se os alunos pagavam ou não pagavam, e nós dissemos que foi tudo gratuito, há aqui duas situações: há o circuito normal e há os circuitos especiais. O circuito normal são aqueles em que estão estabelecidos pelo próprio Estado – na altura pelo IMT, aquilo que falámos logo no início. E depois, há os circuitos especiais, que a empresa não tem que fazer obrigatoriamente, a não ser que tenha uma contrapartida financeira para os fazer. Recordam-se que nós trouxemos isto aqui, e depois suspendemos até vir um parecer da DGAL. A DGAL, entretanto, mandou para a CCDR, e a CCDR mandou o parecer, em que tínhamos de dizer qual era a compensação – essa sempre esteve lá, eram os oitenta mil euros (80.000€), toda a gente sabia – mas, tínhamos que fazer o seguinte: por circuito, tínhamos que saber quais eram os montantes por circuito e por quilómetro. Eu comecei por vos dizer que conseguíamos ter um valor mais baixo do que agora com a CIM. Entretanto, vai ser alterado, porque a CIM, quando organizar, havia Municípios que não pagavam compensações, porque só tinham estradas nacionais e circuitos normais, e não tinham circuitos especiais. Conseguimos, na CIM Douro, que todos aceitassem participar, e isso vai fazer com que os custos baixem.-----

E ao que é que chegámos? Chegámos a que temos necessidade de oito circuitos: um que inicia no Peredo e termina em Moncorvo; outro que inicia em Felgueiras e termina em Moncorvo; outro que inicia na Macieirinha e termina em Moncorvo; outro no Souto da Velha e que termina em Moncorvo; outro na Adeganha e que termina em Moncorvo; outro em Nozelos e que termina em Moncorvo; um na Lousa que termina em Moncorvo; e Cabeça de Mouro até Moncorvo. Para além destes, há um circuito que faz oito viagens, que são os circuitos das quartas-feiras – oito da manhã, meio dia, os alunos que querem ir embora, vão embora, ele regressa às duas para aqueles que têm apoio poderem ficar na escola, e fazer das duas até às cinco da tarde. Ou seja, estes não estão obrigatoriamente feitos pelo transportador, que é o prestador de serviço, e são

M.
Pedro



esses que ele tem que também fazer. E por isso, saiu aqui um custo de vinte e dois ponto trinta e sete (22,37€).-----

Mas, nós fomos mais além, que era aquilo que vos queria dizer: é que todos os habitantes de Torre de Moncorvo que tenham sessenta e cinco ou mais anos só pagam de bilhética cinquenta por cento (50%); e portanto, o restante é o Município que tem que o suportar. Basicamente, nestes oito circuitos, quantos com mais de sessenta e cinco anos são abrangidos? São abrangidos dois mil, oitocentos e dez munícipes com mais de sessenta e cinco anos, a fazer estes oito circuitos – estamos a falar só destes oito circuitos. Ora, a partir daí, chegámos ao valor em que teríamos que dar de compensação à empresa para ela não parar.-----

Agora, eu ponho a questão ao contrário: a empresa, efetivamente, não recebeu um cêntimo este ano, mas prestou os serviços e fez o desconto. E não recebeu porque nós aqui decidimos que não pagávamos nada até termos o parecer mas o operador realizou os circuitos. O problema está naqueles Municípios que não querendo assumir circuitos especiais, eles, os operadores, dizem: “Então, nós vamos parar”, tal como aqui podia parar, ele podia não fazer, não está a receber. Compensa termos aqui duas mil, oitocentas e dez pessoas que não recebam os cinquenta por cento (50%)? Compensa depois não termos estes circuitos especiais. -----

Isto tudo tem a ver com o que falámos, com o PART e com o novo regulamento geral, onde vão haver mais treze mil quilómetros. Eu espero, e tenho a certeza do que está proposto, que seja aprovado de forma a que não haja necessidade disto, e seja tudo abrangido.-----

Dar-vos só uma perspetiva, porque esta questão dos transportes é complicada: Macedo de Cavaleiros ficou com um centro, e nós ficámos com Alijó e Vila Real – é maior para fazermos a circulação entre CIM's. Portanto, esta também é uma nova perspetiva que vamos ter, mas o que é certo é que temos a possibilidade agora, depois de todos os pareceres que chegaram, de continuarmos a ter este apoio dos cinquenta por cento (50%) aos que têm mais de sessenta e cinco anos, termos oito circuitos que estão a mais do que aqueles que estavam a ser realizados pela obrigação legal, e temos aqui um dado importante: é que são cem utilizadores diários – cem utilizadores diários – a dois ponto oitenta (2,80€) a viagem. Portanto, é o que nós temos, em termos daquilo que queremos apresentar. Obviamente que dois ponto oitenta (2,80€) vezes cem, dá duzentos e oitenta (280€) por cada dia, são basicamente as contas que temos que fazer. Cada um dos circuitos tem o equivalente a trinta e cinco euros (35€); para além das pessoas, cada um dos circuitos tem esse valor. E é neste valor que anda a rondar, já com IVA, os cerca de oitenta mil euros (80.000€) – já com IVA, anda a rondar – para podermos conseguir ter o concelho todo com a rede de autocarros a prestarem o serviço.-----

E é a isso que nos propomos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar o “Acordo de Estabelecimento de Obrigação de Serviço Público e de Compensação por Serviço Público, a celebrar entre o Município de Torre de Moncorvo e a empresa António Augusto Santos, Lda”.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 18 – MUNICÍPIO LED – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. -----

-----Inscreveram-se para intervir os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Sá Andrade** (PS) e **Luísa Ferreira** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Srs. Deputados:-----

Se bem se recordam, desde o início do segundo mandato que sempre foi para nós importante tirarmos todas as luminárias de sódio e implementarmos o Município LED. Fizemos isso já em algumas freguesias, e a ideia agora é fazer nas que ainda não tiveram intervenção, para ficarmos com cem por cento (100%) de cobertura. As que foram feitas até agora foram em parceria com a EDP; as que vão ser feitas a partir de agora, é um projeto municipal, exclusivamente municipal, com a propriedade das próprias luminárias a ficarem com o Município. São essas freguesias a Açoreira, Carviçais, Larinho, Mós, União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, União de Freguesias de Felgueiras e Maçores, e União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos.-----

Este é um projeto que tem que ir a Tribunal de Contas, como é óbvio, é um projeto para dez anos, e é um projeto que quando for aprovado, tem uma implementação no terreno de cerca de três meses. Uma das obrigações é que todas as que eu falei estejam implementadas após o visto do Tribunal de Contas e a aprovação em três meses.-----

O que é que se propõe com isto? Chegarmos a uma redução de setenta e cinco por cento (75%) do consumo energético, e termos uma capacidade de payback de dez por cento (10%), o que quer dizer que o que queremos ter é uma fatura muito mais baixa para a iluminação pública, e isso só se consegue através destas iniciativas.-----

Luís
Pedro



Recordo-vos que o projeto de Torre de Moncorvo não foi, nem vai ser, o primeiro a ser aprovado, mas foi o primeiro a ser apresentado, e tem a certificação da União Europeia. Já existe um aprovado, que saiu o visto do Tribunal de Contas agora, ainda não existe mais nenhum, falta a aprovação da União Europeia. Nós temos a aprovação da União Europeia para o projeto, e portanto, a partir deste momento, poderemos lançar o concurso, caso assim o entendam, e logo que haja o visto do Tribunal de Contas, proceder imediatamente à empreitada de substituição de todas as lâmpadas que ainda existem por LED's.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Vamos, então, discutir este ponto. Sr. Deputado Luís Dias, faça favor.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Só de referir que o consumo baixo não só é bom economicamente, mas já é a terceira vez que referimos, e mais uma vez, é a parte ambiental, na baixa deste consumo.-----

Mas, aproveito este ponto, como também já referi nesta Assembleia, nos assuntos de interesse de ordem municipal, a questão dos quatro postes em tulipa, muito bonitos, que estão ali em frente ao jardim e ao Cineteatro. O passeio mede oitenta centímetros, a base do poste mede sessenta, não se consegue passar no passeio. Não sei se é possível, mas eu proponho estudarem porem candeeiros, como logo a seguir, quando se chega ao pé da Igreja, tem, candeeiros de parede, em que permitisse a utilização do passeio. A não ser que o passeio vá ser aumentado, e aí, o poste é muito bonito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Sá Andrade, se faz favor.-----

----- **O Deputado António Júlio Sá Andrade:** No Larinho, a atrasado, meteram quatro ou cinco candeeiros desses LED, e uma trovoadas caiu ali, uma faísca muito perto, e queimou-as todas. Notei que são mais sensíveis do que as outras lâmpadas. E liguei para o homem da luz, e eles disseram-me que não tinham material para repor. Ou seja, esteve ali uma rua inteira apagada cerca de três meses. Era um problema que é preciso evitar no futuro.-----

Disse.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, nas duas questões, dizer-lhe que hoje o mais prejudicial é o sódio, a melhor tecnologia é o LED; mas, esse é um problema que temos, seja com o sódio, seja com o LED, com a EDP, porque, efetivamente, deixou de ter representação nos concelhos, e para fazer o que quer que seja, não tem – ou não tem mão de obra, ou não tem equipamentos, uma série de coisas.-----

Este contrato, o que vai fazer é que haja aqui uma série de cláusulas, em que nas quarenta e oito horas, no máximo, têm de repor, cada minuto que passe, há uma cláusula em que eles têm que pagar os minutos à própria entidade adjudicante – ou seja, é uma coisa que não tínhamos com a EDP. A EDP vem, se for daqui a dez dias, vem, se for daqui a trinta, vem também. Este não; neste, a empresa fica responsável como uma entidade onde nós vamos comprar qualquer coisa. Se há uma avaria, eles têm um limite e têm que colocar, e têm que ter o material, e isto dos seis aos doze anos de contrato – eu estava a dizer há bocadinho oito, acho que é normal os oito, porque está entre os seis e os doze. Mas, efetivamente, as obrigações contratuais são definidas no próprio contrato, e as penalizações à empresa, que é uma coisa que hoje não temos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Sra. Deputada Luísa Ferreira.-----

-----**A Deputada Luísa Ferreira:** Bom dia a todos.-----

Relativamente a este assunto da iluminação pública, aqui os meus colegas da Horta da Vilariça, da Lousa, e do que depreendo, também da Cabeça Boa, nós não estamos no Município LED, estamos num outro projeto que é com a EDP. Destas freguesias, já só falta – acho que na Lousa já estão a terminar, exatamente, a seguir é o Castedo, para finalizar o projeto da EDP.-----

E ali o meu colega, o António Júlio, disse que fica mais descansado, porque, efetivamente, vai ter as questões resolvidas diretamente pela Câmara Municipal. Ele fica mais descansado, mas nós não ficamos, porque nós vamos continuar a ter esta luta com a EDP, que até agora temos tido, que às vezes demoram três, quatro, cinco semanas para nos repararem as luminárias – ou seja, vamos continuar a ter esta luta. Vamos ter que fazer aqui um forcing, ou ver qualquer coisa para podermos resolver esta questão no futuro, quando tivermos, efetivamente, já as LED's instaladas nas freguesias.-----

Obrigada.-----

-----**O Presidente de mesa:** Sr. Presidente.-----

Luís João



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, isto é como tudo na vida, uns foram os primeiros porque a empresa tinha a possibilidade de o fazer, e outros ficaram para trás porque não havia esta possibilidade da ESE. Agora há a possibilidade da ESE, que provavelmente, depois dos erros da EDP, trará melhorias.-----

Nós, o que nos podemos comprometer é a tentar, depois deste procedimento, e vendo o que é que o Tribunal de Contas sugere, poderemos negociar com a EDP uma forma também de o Município ficar com o Município LED, até porque a EDP não sabe se será ela a continuar como concessionária – como sabem, estamos num mercado livre. O Governo decretou – mas, lá está, é como a regionalização, por decreto não funciona – as diversas áreas, ninguém se entendeu. O que é verdade é que para denunciar era até ao final deste ano, até 31 de dezembro de 2019 - porque termina em 2020, e é um ano – mas não sabemos ainda qual é a perspetiva da entidade reguladora, nem qual é a perspetiva do Governo para esta questão da iluminação.-----

Por isso, não posso responder para já, mas fica a anotação, para ver se conseguimos harmonizar, por forma a que não haja numas freguesias dificuldades, e na outra, outro tipo de dificuldades, menores ou maiores, sendo certo que foram pioneiros nesta parte; vamos ver como é que corre com os outros. Não posso dizer mais nada.-----

Ao Sr. Deputado Luís João, efetivamente o PAMUS é isso mesmo, ver onde é que há as dificuldades de acessibilidade para alargamento dos passeios. Na zona concreta que está a falar, é na Avenida Duarte Pacheco, e do lado onde estão, não estou muito bem a ver onde é que hei de colocar ali os candeeiros, a não ser colocá-los junto às sebes, ou dentro das sebes. Portanto, o que temos que pensar será o alargamento dos passeios, até lá em cima ao antigo GAT. E é aí que temos uma intervenção prevista, vamos ver se conseguimos, ou não, fazê-la. Mas, está integrada no PAMUS.-----

-----**O Presidente de mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por unanimidade, aprovar a “Auditoria Energética, o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento, com vista à celebração de um Contrato de Eficiência Energética, do tipo ESE – Empresas de Serviços Energéticos”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 19 – REGULARIZAÇÃO DE TERRENO NA FREGUESIA DE CASTEDO – BARRAGEM DO PALAMEIRO.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Martins** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, Sr. Presidente, esta não é uma situação única. Quando foi construída a barragem, houve necessidade de chegar a acordo com alguns proprietários – uns por expropriação, outros por negociação. O que é certo é que nem sempre foi dada a devida atenção, após a construção, para regularizar os terrenos de pessoas que ficaram como contribuintes do próprio terreno, sem terem esse terreno. Aliás, para vos dar um simples exemplo, o parque de estacionamento por trás do tribunal ainda estava a ser pago por um contribuinte.-----

E portanto, o que é necessário aqui – e é necessário para a Assembleia Municipal – é retirar do contribuinte esse ónus, e passar o bem para o espaço público municipal, e dessa forma a senhora deixa de pagar a contribuição autárquica que tem pago.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. -----

Então, Sr. Deputado António Martins, faça favor.-----

----- **O Deputado António Martins:** Bom, eu queria questionar o Sr. Presidente, que, como sabe, na Lousa temos uma situação similar, na estrada que vai da freguesia ao rio. Ou seja, foi feita a estrada, e as propriedades que existiam, e onde a estrada passou, continuam, em termos matriciais, iguais, como antes de a estrada estar lá implantada. Será que não podemos desenvolver um processo similar a este para resolver o problema?-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, obviamente, Sr. Presidente, que podemos, mas este é um dos casos em que tem que ser a iniciativa dos proprietários, que têm que vir requerer à Câmara a passagem de um terreno que está ainda em nome privado e inscrito – porque se estiver descrito, tem outras formas de fazer; a inscrição é nas Finanças, a descrição na Conservatória – basta vir dizer que deve ser afetada uma parcela de terreno que constituía X

M.
Pedro



metros da propriedade com o artigo matricial tal, ao domínio público. Basta dizer isso. A Câmara tem que o aceitar, e depois vem aqui à Assembleia Municipal para fazer o restante.-----

Antes de passarmos ao público – que vai haver público – dar-vos nota de duas coisas.-----

A primeira é para vos desejar umas boas festas junto da família, daqueles que vos são mais queridos, e que 2020 seja um ano de sucesso para todos, quer pessoal, quer institucional. Às vezes, quando temos estes assuntos mais acalorados, estou certo que da vossa parte, podeis estar certos que da parte do Presidente da Câmara não se trata de qualquer questão pessoal, trata-se mais de defender muitas vezes aquilo que entendemos que está certo ou que está errado, mas não tem nada a ver com questões pessoais.-----

Dizer-vos também, e já vos disse, do *site*, que hoje o Município vai entregar a cada um dos Srs. Deputados uma pequena lembrança – uma guloseima, não é nada de especial – onde constará a nova marca do Município, e que vos irá ser entregue.-----

E era para vos desejar estas boas festas, antes de dar a palavra ao público, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Mesa:** Ainda temos que votar. Dizer-lhe que a questão que levantou o Sr. Martins, evidentemente é preciso pensar noutras estradas, nomeadamente a da Cabeça Boa para as Cabanas de Baixo. Eu tenho lá terreno – aliás, uma das curvas mal feitas que está lá deu-me cabo de parte do terreno. Ainda por cima, se tivessem feito uma curva em condições, mas fizeram aquela vergonha.-----

Vamos, então, votar o Ponto n.º 19, Regularização de Terreno na Freguesia de Castedo – Barragem do Palameiro. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (*do deputado José Aires*) **autorizar a “afetação no domínio público dos prédios rústicos inseridos na matriz predial rústica da freguesia do Castedo, sob o artigo 760.º a confrontar a Norte com António dos Santos Moreira, a Sul com António da Purificação Moreira, a Nascente com Vicente Paulo Trigo e a Poente com Adosinda Moreira, com a área total de 0,126 há, e o artigo 738.º a confrontar a Norte e Sul com António José Esteves, a Nascente e Poente com Caminho, com a área total de 0,126 ha, com a área total de 0,074 ha”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos aqui um pedido de intervenção – só há um – do **Sr. Carlos Ricardo**. Faça favor, tem cinco minutos para falar.-----

-----**O Município Carlos Ricardo:** Muito boa tarde.-----

Venho aqui falar, é a terceira vez que venho aqui, como público, para falar da minha terra. E na minha última intervenção em que estive aqui a falar, estive a falar com o Sr. Presidente da Câmara, que disse que iam haver intervenções, nomeadamente lá em baixo, no mercado e no parque de estacionamento. Até à data, nada foi feito. O Sr. Presidente disse que até dezembro iam fazer a parte das casas de banho, e nada foi feito. Eu falei também da parte da serra, disse que isso estava entregue ao Ministério do Ambiente, falei também da Casa do Marrana, que disse que estava entregue a outra entidade qualquer. E a minha pergunta é: então, se essas entidades resolvem estas questões, não sei para que é que existe uma Câmara.-----

Mas, eu gostava também de falar aqui umas coisas. Falavam aí da EDP, mas ali na parte lá em cima, no Mateus, há lá um poste, e há três anos que esse poste caiu, puseram o poste, mas não lhe puseram os candeeiros, isso há três anos.-----

Gostava de falar também do pavimento da Rua Vasco da Gama, com aquelas ligações de gás que se andou aí a colocar, destruiu o pavimento, e o pavimento foi, mas metade das pedras estão no passeio. Acho que da parte da Câmara devia pôr um fiscal com essas empresas, para que os pavimentos se resolvessem.-----

Já falei das obras do mercado, as obras também da central de camionagem, que devia ter umas casas de banho, devia ter internet, porque quando as pessoas vêm, é o primeiro impacto de Moncorvo.-----

Vejo aí três mendigos, que é o Pimentel, o Juca e o ???, eu já fui aos serviços da Câmara, eu acho que a Câmara devia ter uma intervenção, nomeadamente nesses casos, porque é muito mau para a terra ter um pedinte, e acho que deviam ser institucionalizados numa casa.-----

Eu vou falar também na SPA – Sociedade Portuguesa de Autores, que cobrou duzentos e cinquenta euros (250€) – duzentos e cinquenta euros (250€) – ao Grupo de Teatro Amador, por dar um espetáculo no cinema. Acho que está mal, e que o valor, depois, de trinta euros (30€) – e a pessoa em questão deixou-me falar nisso, em Maçores, por ter ??? pagou trinta euros (30€). Acho que a Câmara, nesse aspeto, devia também ter uma intervenção, se puder ter.-----

Eu li também no jornal que a Câmara de S. João da Pesqueira está a cobrar uma taxa, e acho que a Câmara de Moncorvo devia cobrar uma taxa também, aos barcos que passavam ali no rio. Era bom para todos.-----

M.
Pedro



E se nós estamos à espera de um hospital novo por causa das ferrominas, eu posso dizer aqui que podemos esperar sentados. Eu andei em mecanotecnia, fiz o décimo primeiro ano com dezoito anos, estive em mecanotecnia, falava-se nas ferrominas; tenho cinquenta e oito anos, há quarenta anos que se anda a falar nisso. Para o ano, vamos falar nas ferrominas, ferrominas, ferrominas, e não há. Não é por vir cá as ferrominas que se vai fazer um hospital; devíamos era fazer com que o hospital viesse para Moncorvo, ou Centro de Saúde, ou seja aquilo que for.-----
E também a propósito disto, eu vou ali ao Centro de Saúde, pago quatro euros e meio (4,50€); depois vou com a minha mãe, ou com outro doente, a Foz Coa, e vou pagar catorze euros (14€), não sei por quê. Acho que não devia pagar nada, e acho, por exemplo, que a Câmara devia ter uma palavra também a dizer contra o Ministério da Saúde.-----
Era tudo o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Bom, agradecer a intervenção do público; quando os munícipes estão interessados, é sempre bom, e alertam-nos para algumas questões, umas que são da nossa responsabilidade, outras que não são da nossa responsabilidade, nem a vamos ter.-----

Eu tenho grandes dúvidas que a Sra. Juíza ou a Sra. Procuradora tivesse poderes, por ela própria, para institucionalizar pessoas – isto era um problema – quanto mais a Câmara. A Câmara, o que pode fazer, e já fez mais do que uma vez – não são esses casos, mas outros – quando têm que ir para Bragança, pedir para estarem de alguma forma institucionalizados, até nós termos um tutor de família. O que é verdade é que a maior parte das vezes é a própria família que os quer tirar de lá, e depois chegam aqui e estão outra vez na mesma, e esquecem-se disso. E portanto, nós temos essa dificuldade.-----

Com o SPA, nós também pagamos; pagamos exatamente igual. Exatamente igual. Cada filme que passa no cinema, pagamos, e não é assim tão pouco. A luz, a música que passa, de natal, pagamos. Ou seja, todos estamos a pagar para o SPA. E mais, ninguém está isento, que é uma coisa que aí estamos de acordo. E os valores não têm lógica nenhuma; não têm lógica. Mas, estamos assim.-----

Quanto à central de camionagem, ela própria tem uma casa de banho. Agora, o que estamos a fazer é uma remodelação para que cada espaço possa ser autónomo, que não é agora. E não é autónomo estando arrendado à mesma empresa. E agora, vai ser autónomo, quer em termos de luz, e mais uma série de intervenções que vamos fazer na central de camionagem.-----

No mercado, não podemos andar a correr; estamos ainda a terminar uma fase, e depois entraremos na próxima, nomeadamente as casas de banho também do mercado, que também

são necessárias. Só que isso, lá está, ainda hoje votámos isso, é uma obra que vai passar para 2021 – vai continuar em 2020, continua em 2021, para ficar devidamente acabada, com tudo o que é necessário.-----

As intervenções do gás são um problema, efetivamente. É um problema. Já houve empresas que entraram, que saíram, à Câmara não é dito nada, mas nós temos fiscalização, e muitas vezes a fiscalização – aliás, houve ainda agora um pedido para uma obra ser parada. Agora vamos entrar em guerra com a empresa, como é óbvio, e essa empresa já tem uma subempreitada de um subempreiteiro, e até chegar ao concedente vai ser um problema. É isso que quero, que tenha essa noção. Mas, uma coisa é certa: no outro dia estava a falar com uma pessoa que me disse assim: “Eu gastava três botijas de gás, e agora gasto oito euros (8€)”, porque alguns já estão a ter fornecimento de gás. As obras são complicadas, quando entrarem aqui no centro vai ser terrível, mas depois vai haver proveitos. Agora, nós temos é que estar em cima deles, eles têm que deixar aquilo conforme é estabelecido, e nós temos que acionar as cauções, como é óbvio.-----

Depois, perguntou-me uma coisa que já no anterior mandato foi uma proposta que foi feita pelo Município de Moncorvo a algumas Câmaras, que era taxar os barcos. E temos vindo recorrentemente a falar disso. Saiu do âmbito do Município, passou para o âmbito das CIM's, e passou depois para o Instituto de Navegabilidade do Douro. E eu posso ler-lhe qual foi a proposta: ir um Município sozinho, depois de ter ouvido a discussão que foi na CIM, dizer: “Eu vou propor isto”, vale tanto como isto, zero. Eu podia dizer que em 2014 enviei para Vila Flor, Mogadouro, uma série deles, e depois para os da área ribeirinha, com outra perspetiva, que era não passarem as camionetas. Porque a APDL, neste momento, é que tem a gestão do rio. Ouvirem dizer: “Eu quero taxar”, “eu quero fazer”, “quero um montante na eclusagem”? Eu vou dizer-lhe, para estar ao corrente da nossa proposta no Instituto de Navegabilidade – e não vamos para o jornal dizê-la, e digo-lha aqui porque puxou o tema, porque senão nem o dizia aqui: *“Na sequência do agendamento da reunião do Conselho de Navegabilidade do Douro e da solicitação de contributos enviada ontem, proponho desde já as seguintes sugestões: proceder o mais rápido possível à conversão dos motores de gasóleo e gasolina para combustíveis mais ecológicos e amigos do ambiente, nomeadamente eletricidade, painéis solares e gás natural, sendo que será imprescindível um período de adaptação de taxas de circulação, acostagem e de utilização da via, que passariam a ser diferenciadas. Definição das medidas e valores compensatórios de investimento e promoção claras, transparentes e transversais a todo o território, que sirvam para a preservação e conservação do bem Douro – Património da Humanidade, e definição de medidas e valores compensatórios que mitiguem a erosão das margens, bem como a poluição do canal fluvial, sendo que a metodologia distributiva deverá ser acordada pelos Municípios.”*-----

Pedro / M. Ag



Mas, isto, nós só temos força se formos todos juntos. Agora, em manchete de jornal, fica muito bem. Eu também vi seis milhões (6.000.000€) num regadio, num vizinho nosso. Devem andar todos à procura dos seis milhões (6.000.000€).-----

Quanto às minas, enquanto eu aqui estiver, minhas senhoras e meus senhores, falarei todos os dias se for preciso, porque senão já ninguém falava. Mas, eu vou falar, falarei disso e falarei que no contrato que o Estado assinou, enquanto pessoa de bem, diz que tem que haver uma SUB. Portanto, eu falarei nisso. Há quarenta anos que se espera? É uma inércia, ou não houve condições de mercado. Mas, nós somos obrigados, num bem que temos no território, a sermos os primeiros a não nos calarmos. Essa é a nossa obrigação. Devemos falar aqui, devemos falar com os amigos, quando estamos no Porto, quando estamos em Lisboa, dizer que nós temos a maior mina de ferro da Europa, e não a sabemos aproveitar. E quem é que não sabe? O Estado, que é o único que pode fazer alguma coisa por ela. Mas, temos que falar, como temos que falar do canal de navegabilidade do Douro.-----

Já agora, no ano de 2019 – porque uma pessoa nunca sabe se tem oportunidade para voltar a dizer isto – o que a Bancada do PS me criticava era em três situações – hoje não está cá o deputado que o fez, e nem foi uma crítica, foi uma sugestão – e dizia-me isto: “As suas promessas, nenhuma é concretizada” – a maior parte delas nem tinha a ver comigo, que era a reabertura das minas, um grande cais de aportagem na Foz, e uma zona industrial na Junqueira. Eu espero sair daqui e poder responder que estão todas concretizadas. Mas, para isso, há que haver perseverança. Ninguém, nem vêm de Lisboa, nem de outros lados, defender o que é nosso. Ou nós o defendemos, ou se criticamos e dizemos que não acreditamos que venha, então aí é que não vem mesmo. Não vem. Portanto, nós temos que fazer isso.-----

Quanto ao património devoluto que falou, em 2021, se tudo se mantiver, serão revertidas a favor dos Municípios, e aí podemos atuar. Até lá, temos que aguardar até janeiro de 2021. É o que está previsto na Lei, que as casas desocupadas pelos poderes centrais ou pelas entidades descentralizadas do Estado passem para a competência do Município. Agora, nós já notificámos o IEFP para irem cortar as ervas, e aquele mau aspeto que dá ali, que dá mesmo mau aspeto. Se não o fizerem, vamos ser nós a ir lá. Mas, depois vamos cobrar ao próprio Estado, e vamos andar aqui numa guerra, e nunca mais chegamos ao fim. Portanto, vamos lá nós e limpamos. Mas, a verdade é que não temos, nem obrigação, nem legalidade para o fazer. Esse é que é o problema.-----

Portanto, resumindo: o mercado continua, e há de ter as casas de banho como deve ser. O parque de estacionamento, a sugestão do wi-fi, excelente, acho que sim, acho que é daquelas coisas até que devemos estar preparados para isso. O poste já foi aqui falado; o gás, está; as instalações, 2021.-----

(Interrupção da gravação).-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O miminho que vão receber é fabricado em Torre de Moncorvo, por uma empresa de Torre de Moncorvo, com empreendedorismo de Torre de Moncorvo, que utiliza produtos endógenos de Torre de Moncorvo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à leitura da minuta da ata. -----
Antes de terminar a reunião, desejar a todos, logicamente, umas boas festas, e um ano de 2020 cheio de saúde, alegria e felicidade.-----
Muito obrigado a todos, e boas festas.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h15m deu por encerrada a sessão.-----


-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)